

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

31 de Dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de Dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração dos resultados abrangentes.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elera Renováveis S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elera Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas da Sociedade e suas controladas são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. A sociedade utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior.

Como divulgado em nota explicativa 4, em 31 de dezembro de 2023 essa estimativa totalizou R\$153.324 mil e R\$249.059 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, e foram mensuradas com base nas projeções de consumo de energia, calculados com base no volume consumido por cada cliente. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para a auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Sociedade e suas controladas para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada em dezembro de 2023 considerando a comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; a validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido nos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas, incluindo os reajustes de preços conforme contratos de venda de energia; e a realização de inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente em conjunto com a revisão dos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas para garantir que os contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas foram adequadamente registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e respectivas políticas contábeis da Sociedade e de suas controladas; e (iv) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota explicativa 4, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Sociedade possui ativo imobilizado no montante de R\$359.674 mil e R\$2.983.989 mil respectivamente, e anualmente, ou sempre que aplicável, analisa a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa. Esse valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como outras premissas adotadas no julgamento da administração, sendo que condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos e o grau de subjetividade das estimativas de valor recuperável utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação de indicativos de perda ao valor recuperável dos ativos de vida útil definida, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa; (ii) envolvimento de nossos especialistas em modelos financeiros para nos auxiliar no entendimento e revisão das premissas significativas e metodologias de cálculo adotadas pela Administração quando aplicável; (iii) comparação entre as premissas significativas utilizadas nos fluxos de caixa com as tendências econômicas, da indústria e com os dados operacionais históricos da Sociedade; (iv) avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; e (v) avaliação das divulgações da Sociedade sobre este assunto.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Diretoria, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-RJ116384/O

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.059	8.735	82.219	59.077
Contas a receber	4	230.682	227.109	311.330	314.656
Despesas antecipadas		1.051	1.204	5.210	5.748
Dividendos a receber	27	138.331	140.293	9.456	13.028
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	120.769	45.723
Estoques		7.785	6.657	29.458	27.215
Mútuo a receber	6	13.760	-	-	-
Impostos a recuperar		15.668	17.025	50.392	51.378
Outras contas a receber		8.458	11.328	10.412	21.982
Total do ativo circulante		428.794	412.351	619.246	538.807
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	8	-	-	28.638	29.560
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	1.900	-	-	-
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	60.773	-
Mútuos a receber	6	-	32.673	-	-
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	9	14.779	15.770	14.779	15.770
Contas a receber - Indenização	7	-	-	79.283	79.283
Ativo financeiro	12	-	-	17.907	15.979
Investimento	10	2.460.384	2.553.827	69.381	75.015
Imobilizado	11	359.674	456.077	2.983.989	3.202.091
Arrendamento	14	19.912	27.002	20.885	29.713
Intangível	13	4.180	7.177	76.820	94.747
Outros		23.586	20.605	24.224	21.536
Total do ativo não circulante		2.284.415	3.113.131	3.376.679	3.563.694
Total do ativo		3.313.209	3.525.482	3.995.925	4.102.501

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	15	86.702	76.063	118.535	126.454
Empréstimos e financiamentos	16	53.554	72.329	89.541	107.575
Impostos e contribuições a recolher		7.017	3.347	29.836	26.920
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	9	2.466	2.440	2.466	2.440
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	110.463	40.072
Salários e encargos sociais		36.125	39.733	36.125	39.733
Dividendos a pagar	27	93.712	170.543	98.562	177.865
Arrendamento	14	6.786	6.581	8.055	8.644
Outras contas a pagar		506	1.811	2.114	5.984
Total do passivo circulante		286.868	372.847	495.697	535.687
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	504.354	555.442	853.821	928.414
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga	9	8.032	12.866	8.032	12.866
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	61.403	-
Impostos diferidos	24	16.673	24.328	19.963	26.249
Provisões para contingências	17	13.602	15.324	41.448	17.955
Arrendamento	14	15.431	22.336	15.530	23.727
Outras contas a pagar		-	106	1.453	1.955
Total do passivo não circulante		558.092	630.402	1.001.650	1.011.166
Patrimônio Líquido					
Capital social	18	1.139.268	1.139.268	1.139.268	1.139.268
Reservas de capital	18	(11.888)	(11.888)	(11.888)	(11.888)
Reservas de lucros	18	524.765	562.196	524.765	562.196
Ajustes de avaliação patrimonial	18	816.104	832.657	816.104	832.657
		2.468.249	2.522.233	2.468.249	2.522.233
Participação de acionistas não controladores		-	-	30.329	33.415
Total do patrimônio líquido		2.468.249	2.522.233	2.498.578	2.555.648
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.313.209	3.525.482	3.995.925	4.102.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	20	901.617	806.693	1.434.045	1.512.987
Custo de geração de energia	21	(829.608)	(827.747)	(795.859)	(974.722)
Lucro bruto (prejuízo)		72.009	(21.054)	638.186	538.265
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(93.051)	(98.968)	(162.412)	(152.471)
Resultado com equivalência patrimonial	10	423.361	561.482	18.911	24.570
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(40.408)	(16.383)	(70.374)	60.561
		289.902	446.131	(213.875)	(67.340)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		361.911	425.077	424.311	470.925
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	20.735	8.193	39.442	36.322
Despesas financeiras	23	(96.687)	(103.075)	(139.647)	(135.530)
		(75.952)	(94.882)	(100.205)	(99.208)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		285.959	330.195	324.106	371.717
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	2	-	(32.657)	(31.267)
Diferido	24	7.654	21.033	6.286	19.112
		7.656	21.033	(26.371)	(12.155)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		293.615	351.228	297.735	359.562
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Participação da controladora		293.615	351.228	293.615	351.228
Participação de acionistas não controladores	19	-	-	4.120	8.334
Lucro básico por ação	18	0,22	0,26	0,22	0,26
Lucro diluído por ação	18	0,26	0,31	0,26	0,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	293.615	351.228	297.735	359.562
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	293.615	351.228	297.735	359.562
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Controladora	293.615	351.228	293.615	351.228
Acionistas não controladores	-	-	4.120	8.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reserva de capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Ágio na subscrição de ações	Perda em transações de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		930.198	-	(15.025)	86.726	219.511	-	819.297	-	2.040.707	36.042	2.076.749
Incorporação de Itiquira pela Elera		209.070	3.137	-	-	32.178	162.201	42.695	-	449.281	-	449.281
Realização da avaliação patrimonial	18.c	-	-	-	-	-	-	(21.431)	21.431	-	-	-
Impostos sobre a reavaliação positiva - Braúna	18.d	-	-	-	-	-	-	(8.536)	(38)	(8.574)	-	(8.574)
Reavaliação Positiva - Itiquira	18.d	-	-	-	-	-	-	632	(632)	-	-	-
Declarações de dividendos ocorridas no exercício	18.d	-	-	-	-	(219.509)	-	-	-	(219.509)	-	(219.509)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.877)	(8.877)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	351.228	351.228	8.334	359.562
Constituição de reserva legal	18.b	-	-	-	19.137	-	-	-	(19.137)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d	-	-	-	-	-	-	-	(90.900)	(90.900)	(2.084)	(92.984)
Reserva de dividendos complementares	18.b	-	-	-	-	261.952	-	-	(261.952)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.139.268	3.137	(15.025)	105.863	294.132	162.201	832.657	-	2.522.233	33.415	2.555.648
Realização da avaliação patrimonial	18.c	-	-	-	-	-	-	(24.123)	24.123	-	-	-
Impostos sobre reavaliação positiva - Braúna		-	-	-	-	-	-	7.570	(7.570)	-	-	-
Declarações de dividendos ocorridas no exercício	18.d	-	-	-	-	(279.663)	-	-	-	(279.663)	-	(279.663)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.026)	(6.026)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	293.615	293.615	4.120	297.735
Constituição de reserva legal	18.b	-	-	-	14.302	-	-	-	(14.302)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d	-	-	-	-	-	-	-	(67.936)	(67.936)	(1.180)	(69.116)
Reserva de dividendos complementares	18.b	-	-	-	-	227.930	-	-	(227.930)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.139.268	3.137	(15.025)	120.165	242.399	162.201	816.104	-	2.468.249	30.329	2.498.578

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		293.615	351.228	297.735	359.562
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	9, 10, 11 e 13	103.447	29.439	260.631	142.682
Depreciação de arrendamento	14	7.547	5.967	10.023	8.285
Juros sobre arrendamento	14	3.311	2.870	3.282	3.166
Encargos financeiros, líquidos	6 e 16	89.890	92.067	128.757	124.770
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 13	3.544	4.494	9.583	8.787
Baixa de ativo arrendamento	14	-	(1.440)	-	(1.917)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	5	-	-	(4.025)	(14.534)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(423.361)	(561.482)	(18.911)	(24.570)
Provisão para contingências	17	(1.722)	1.493	23.796	1.820
Atualização monetária do UBP e ativo financeiro	9 e 12	417	29	631	(151)
Atualização de ativo financeiro	12	-	-	(2.853)	-
Impairment	11	22.451	-	27.743	-
Impostos diferidos		(7.655)	(21.033)	(6.286)	(19.112)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		(3.573)	(25.559)	3.326	30.798
Contas a receber - Indenização		-	-	-	(79.283)
Estoques		(1.128)	(86)	(2.243)	(400)
Impostos a recuperar		1.357	6.956	986	6.323
Despesas antecipadas		153	722	538	353
Depósitos judiciais		(23.586)	-	(24.224)	-
Outros		23.475	(1.926)	33.106	(8.110)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		10.639	(34.318)	(7.919)	(24.411)
Salários e encargos sociais		(3.608)	3.557	(3.608)	3.557
Impostos e contribuições a recolher		3.670	(4.103)	2.916	(2.527)
Uso do Bem Público (UBP) - direito de outorga	9	(5.225)	(766)	(5.225)	(4.935)
Outras contas a pagar		(1.411)	(291)	(4.675)	(129)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		92.247	(152.183)	723.084	510.023
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	-	922	6.947
Dividendos recebidos		423.406	518.562	28.114	18.292
Liberação de recursos para partes relacionadas	6	(7.320)	(29.350)	-	-
Recebimento de principal - operação de mútuo	6	26.325	160.603	-	-
Recebimento de juros - operação de mútuo	6	1.651	2.389	-	-
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	12	-	-	711	12.931
Aumento (redução) de capital em empresas investidas	10	87.678	(63.629)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados		(1.900)	1	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	11 e 13	(21.363)	(26.550)	(53.250)	(115.073)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		508.477	562.026	(23.503)	(76.903)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	20.400	-	6.532
Amortização de despesa de contratação	16	(3.342)	663	(5.273)	664
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	16	(69.000)	(200.880)	(103.689)	(193.104)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	16	(89.154)	(73.493)	(112.422)	(99.509)
Pagamento de principal e juros de arrendamento	14	(10.468)	(7.321)	(13.263)	(9.671)
Dividendos e JSCP pagos		(424.435)	(218.510)	(441.792)	(231.136)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(596.399)	(479.141)	(676.439)	(526.224)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		4.325	(69.297)	23.142	(93.103)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		8.734	27.072	59.077	108.602
Adição de caixa por incorporação de Braúna		-	10.960	-	-
Adição de caixa por incorporação de Itiquira		-	39.999	-	43.577
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		13.059	8.734	82.219	59.076
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		4.325	(69.297)	23.142	(93.103)

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações complementares:

Valores pagos de IR:	100	-	16.442	14.046
Valores pagos de CS:	163	-	8.924	7.331
Adição de imobilizado sem efeito caixa	-	-	-	26.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Elera Renováveis S.A. (“Controladora”, “Sociedade” ou “BER”) é uma sociedade anônima de capital fechado, cujas atividades são a exploração da produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive na modalidade varejista, a prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidrelétricas e termoeletricas, a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, bem como a participação em investimentos de outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo também, a participação em empreendimentos comerciais e industriais.

Suas empresas controladas atuam no segmento de construção, implantação, manutenção, operação e exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), e de Usinas Hidrelétricas (“UHEs”), e estão apresentadas na nota explicativa 10.

PCHs exploradas diretamente e que detêm autorizações

A Sociedade por meio de suas controladas Rio Pedrinho, BEMG, Água Clara, ECCS, Salto Natal, Riachão, Rio Pomba, Rio Glória, Rio Manhuaçu, Grapon, São Geraldo, Salto Jaurú, Lumbrás, Ponte Alta, Pezzi, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II e Lagoa Azul detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes PCHs, na forma de produtores independentes de energia:

PCH	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
<i>Passo do Meio</i>	<i>30,00</i>	<i>227/2000</i>	<i>Ago/2036</i>	<i>Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS</i>
<i>Pedrinho I</i>	<i>16,20</i>	<i>39/1999</i>	<i>Mai/2037</i>	<i>Boa Ventura de São Roque - PR</i>
<i>Anna Maria</i>	<i>1,68</i>	<i>7/2000</i>	<i>Jul/2031</i>	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Guary</i>	<i>5,40</i>	<i>6/2000</i>	<i>Mai/2031</i>	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Salto Natal</i>	<i>15,12</i>	<i>231/2000</i>	<i>Nov/2036</i>	<i>Campo Mourão - PR</i>
<i>Riachão</i>	<i>13,40</i>	<i>117/2001</i>	<i>Fev/2041</i>	<i>Mambaí e Buritinópolis - GO</i>
<i>Ivan Botelho II</i>	<i>12,40</i>	<i>352/1999</i>	<i>Nov/2036</i>	<i>Guarani - MG</i>
<i>Ivan Botelho III</i>	<i>24,40</i>	<i>347/1999</i>	<i>Jun/2037</i>	<i>Astolfo Dutra - MG</i>
<i>Ormeo Junqueira Botelho</i>	<i>22,70</i>	<i>346/2000</i>	<i>Mar/2037</i>	<i>Muriaé - MG</i>
<i>Benjamim Mario Baptista</i>	<i>9,00</i>	<i>106/1999</i>	<i>Fev/2034</i>	<i>Manhuaçu - MG</i>
<i>Ivan Botelho I</i>	<i>24,30</i>	<i>346/1999</i>	<i>Fev/2037</i>	<i>Guarani e Descoberto - MG</i>
<i>Túlio Cordeiro Mello</i>	<i>15,80</i>	<i>451/2000</i>	<i>Jun/2037</i>	<i>Abre Campo - MG</i>
<i>Salto</i>	<i>19,00</i>	<i>215/2001</i>	<i>Jan/2044</i>	<i>Jauru e Indiavaí - MT</i>
<i>Angelina</i>	<i>26,27</i>	<i>55/2001</i>	<i>Mar/2047</i>	<i>Major Gercino e Angelina - SC</i>
<i>Ponte Alta</i>	<i>13,00</i>	<i>717/2003</i>	<i>Jun/2037</i>	<i>São Gabriel do Oeste - MS</i>
<i>Pezzi</i>	<i>19,00</i>	<i>617/2003</i>	<i>Out/2049</i>	<i>Bom Jesus - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos II</i>	<i>29,025</i>	<i>2.509/2010</i>	<i>Fev/2050</i>	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos I</i>	<i>25,00</i>	<i>4.497/2014</i>	<i>Ago/2049</i>	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Foz do Estrela</i>	<i>29,50</i>	<i>696/2003</i>	<i>Nov/2040</i>	<i>Coronel Domingos Soares - PR</i>
	<u><u>351,195</u></u>			

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas diretamente e que detêm autorizações--Continuação

Originalmente, o prazo de vigência das autorizações das supracitadas PCHs era de 30 anos, contados a partir da data de publicação de suas autorizações. Algumas PCHs tiveram seus prazos de vigência ajustados pela ANEEL, conforme descrito abaixo.

Em 14 de novembro de 2016, a Resolução Autorizativa nº 6.116 estendeu o prazo de autorização da PCH Riachão para o dia 02 de maio de 2032, decorrente de repactuação do risco hidrológico.

Em 08 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.931, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Passo do Meio, Pedrinho I, Salto Natal, Benjamim Mário Baptista, Ivan Botelho I, Túlio Cordeiro de Mello, Salto, Angelina, Pezzi e Serra dos Cavalinhos II tiveram seus prazos de outorgas estendidos para 16 de junho de 2032, 05 de junho de 2031, 15 de julho de 2032, 11 de outubro de 2031, 28 de julho de 2032, 26 de outubro de 2033, 10 de maio de 2034, 22 de novembro de 2033, 22 de maio de 2037 e 18 de junho de 2047, respectivamente.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Anna Maria, Guary, Riachão, Ivan Botelho II, Ivan Botelho III, Ormeo Junqueira Botelho e Serra dos Cavalinhos I tiveram seus prazos de outorga estendidos para 03 de julho de 2031, 04 de maio de 2031, 14 de dezembro de 2034, 08 de dezembro de 2031, 22 de maio de 2031, 29 de novembro de 2032 e 23 de janeiro de 2046, respectivamente.

As PCHs Ponte Alta e Foz do Estrela não foram alcançadas pelas disposições da Lei nº 14.182 porque a primeira não participa do MRE e a segunda iniciou sua operação comercial apenas em maio de 2022.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta nas Resoluções Homologatória nº 2.931 e 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foram publicadas as Resoluções Autorizativas de extensão do prazo de outorga para as usinas acima listadas em acordo com o disposto na Lei 14.182.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas diretamente e que detêm autorizações--Continuação

2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga das PCHs Passo do Meio, Salto Natal, Riachão, Ivan Botelho I, Ivan Botelho II, Ivan Botelho III, Ormeo Junqueira Botelho, Benjamim Mario Baptista, Tulio Cordeiro de Mello, Salto, Angelina, Pezzi, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II, para 16 de agosto de 2036, 13 de novembro de 2036, 02 de fevereiro 2041, 10 de fevereiro de 2037, 05 de novembro de 2036, 09 de junho de 2037, 08 de março de 2037, 28 de fevereiro de 2034, 04 de junho de 2037, 21 de janeiro de 2044, 01 de março de 2047, 29 de outubro de 2049, 29 de agosto de 2049 e 21 de fevereiro de 2050, respectivamente.

O prazo da autorização das PCHs pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Serra Negra, Caçador, Cotiporã e Linha Emília detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes PCHs, na forma de produtores independentes de energia:

<i>PCH</i>	<i>Potência em MW</i>	<i>Nº da autorização ANEEL</i>	<i>Vencimento do prazo da autorização</i>	<i>Local</i>
<i>Piranhas</i>	<i>18,00</i>	<i>345/1999</i>	<i>Set/2039</i>	<i>Piranhas – GO</i>
<i>Caçador</i>	<i>22,50</i>	<i>449/2000</i>	<i>Jan/2042</i>	<i>Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS</i>
<i>Cotiporã</i>	<i>19,50</i>	<i>452/2000</i>	<i>Abr/2042</i>	<i>Cotiporã – RS</i>
<i>Linha Emília</i>	<i>19,50</i>	<i>448/2000</i>	<i>Jul/2042</i>	<i>Dois Lajeados – RS</i>
	<u><i>79,50</i></u>			

Originalmente, o prazo de vigência das autorizações das supracitadas PCHs era de 30 anos, contados a partir da data de publicação de suas autorizações. Estas PCHs tiveram seus prazos de vigência ajustados pela ANEEL, conforme descrito abaixo.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidas para 11 de maio de 2031, 24 de novembro de 2031, 12 de novembro de 2031 e 12 de novembro de 2031, respectivamente.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações--Continuação

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga das PCHs Piranhas, Caçador, Cotiporã e Linha Emília, para 30 de setembro de 2039, 31 de janeiro de 2042, 13 de abril de 2042 e 05 de julho de 2042, respectivamente

O prazo da autorização das PCHs pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao término do prazo das autorizações, os bens e as instalações realizadas para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos não amortizados. Nesse caso, o montante da indenização a ser recebido é determinado a partir dos valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

PCHs e UHEs exploradas diretamente e que detêm concessões

A controlada Zona da Mata detém concessão da ANEEL para exploração da PCH João Camilo Penna, em regime de serviço público, enquanto a Elera Renovável passou a deter as UHE Itiquira e UHE Barra do Braúna, após a incorporação de suas antigas titulares:

PCH/UHE	Potência em MW	Nº da concessão	Vencimento da concessão	Local
<i>João Camilo Penna</i>	<i>21,40</i>	<i>02/1996</i>	<i>Jul/2033</i>	<i>Raul Soares – MG</i>
<i>PCH Paraíso I</i>	<i>21,6</i>	<i>358/1999</i>	<i>Jun/2038</i>	<i>Costa Rica - MS</i>
<i>UHE Assis Chateaubriand</i>	<i>29,5</i>	<i>02/1997</i>	<i>Fev/2029</i>	<i>Ribas do Rio Pardo - MS</i>
<i>Itiquira</i>	<i>157,37</i>	<i>213/1998</i>	<i>Jun/2026</i>	<i>Itiquira - MT</i>
<i>Barra do Braúna</i>	<i>39,00</i>	<i>11/2001</i>	<i>Dez/2038</i>	<i>Laranjal e Leopoldina - MG</i>
	<u><u>268,87</u></u>			

Originalmente, o prazo de vigência das concessões da PCH João Camilo Pena e da UHE Barra do Braúna era de 35 anos, contados a partir da data de assinatura de seus Contratos de Concessão nº 002/96 e nº 11/2001, respectivamente. Já para a UHE Itiquira, o prazo de vigência era de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do seu Contrato de Concessão nº 213/1998.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas diretamente e que detêm concessões--Continuação

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH João Camilo Penna UHE Barra do Braúna e a UHE Itiquira tiveram a extensão de suas outorgas homologadas.

A UHE Itiquira teve o prazo de outorga estendido até 19 de junho de 2026 por meio do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 2113/1998, assinado em 16 de setembro de 2022, enquanto a UHE Barra do Braúna teve seu prazo estendido até 09 de dezembro de 2038, por meio da assinatura do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2001, em 16 de setembro de 2022. Por fim, a PCH João Camilo Penna, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 05 de julho de 2022, teve seu prazo de outorga estendido para 25 de julho de 2033.

Em 30 de setembro de 2022, por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 213/1998, a UHE Itiquira foi transferida da Itiquira Energética S.A para a Elera Renováveis S.A.

Em 21 de outubro de 2022, por meio do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2021, a UHE Barra do Braúna foi transferida da Barra do Braúna Energética S.A. para a Elera Renováveis S.A.

Os prazos destas concessões podem ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. Por sua vez, a UHE Itiquira teria previsão de prorrogação por mais 20 anos, em atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto s/nº de 14 de dezembro de 1994.

Em 03 de agosto e 14 de setembro de 2021, as Resoluções Homologatórias nº 2919/2021 e 2932/2021 estenderam o prazo das outorgas da PCH Paraíso I e a UHE Assis Chateaubriand, respectivamente, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Paraíso I e a UHE Assis Chateaubriand tiveram o prazo de suas outorgas alterados para 29 de setembro de 2032 e 10 de fevereiro de 2029, respectivamente.

Em 05 de junho de 2022, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022, que aprovou a extensão do prazo de outorga da UHEs Assis Chateaubriand, Itiquira, Barra do Braúna, João Camilo Penna, para 10 de fevereiro de 2029, 10 de junho de 2026, 09 de dezembro de 2038 e 25 de julho de 2033, respectivamente.

Em 28 de setembro de 2022 a concessão para geração de energia elétrica da UHE Itiquira é transferida para a Elera Renováveis S.A, por meio da assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas diretamente e que detêm concessões--Continuação

de Concessão nº 213/1998, assinado em 28 de setembro de 2022. Já em 21 de outubro de 2022, a titularidade de Barra do Braúna Energética S.A. é transferida para a Elera Renováveis S.A, por meio da assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2001, assinado em 21 de outubro de 2022.

Em 13 de junho de 2023 a UHE Assis Chateaubriand teve o prazo de outorga estendido até 10 de fevereiro de 2029 por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/1997, assinado em 13 de junho de 2023, enquanto a UHE João Camilo Penna teve seu prazo estendido até 25 de julho de 2033, por meio da assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/1996, assinado em 05 de setembro de 2023.

Em 10 de outubro de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH Paraíso I, para 07 de junho de 2038.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente. Para a PCH João Camilo Penna, o valor da indenização será calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Além da PCH João Camilo Penna, fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata os seguintes registros de geração publicados pela ANEEL para exploração de CGHs.

CGH	Potência em MW	Registro da ANEEL	Registro até	Local
<i>Miguel Pereira</i>	<i>0,74</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Miraí – MG</i>
<i>Santa Cecília</i>	<i>0,42</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Miraí – MG</i>
<i>Roça Grande</i>	<i>0,77</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Manhuaçu – MG</i>
<i>Cachoeira Alta</i>	<i>0,30</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Manhumirim – MG</i>
<i>Matipó</i>	<i>0,42</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Matipó – MG</i>
	<u><i>2,65</i></u>			

As usinas sob regime de registro seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, que prevê prazo indeterminado para exploração devendo cumprir com as normas da agência reguladora atinentes, principalmente em relação à fiscalização.

O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015, no qual a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A.) adquiriu a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais participantes do leilão.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas diretamente e que detêm concessões—Continuação

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento da indenização da UHE Neblina, conforme divulgado na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante corrigido é no valor aproximado de R\$12.780. Ocorre que o valor da indenização foi parcelado mensalmente durante 7 anos, o que resultou em uma ação judicial para reconhecimento do devido ressarcimento.

Diante desse fato, Zona da Mata obteve mandato de segurança que lhe garantiu o devido reconhecimento do pagamento único e à vista do valor devido. Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relativos às indenizações das UHEs Coronel Domiciano e Ervália, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$32.123 na conta da Zona da Mata. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de Outubro de 2015, a Zona da Mata realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Por sua vez, a usina Maurício, também detida por Zona da Mata, teve seu pedido de extinção da outorga aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa 4.467/2013, publicada em 02 de janeiro de 2014. Nesse caso, não houve questionamento sobre o ressarcimento devido.

Vigência dos contratos de venda de energia (PPA)

As controladas diretas e indiretas possuem contratos de compra e venda de energia (PPA) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2008	07/07/2045
Partes relacionadas	01/01/2013	31/12/2030
Consumidores livres de energia	01/01/2010	31/12/2031
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	30/09/2006	19/06/2029

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de Dezembro de 2023. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, mútuos a receber, contas a receber, depósitos restituíveis e valores vinculados, Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga, ativo financeiro, dividendos a receber e contratos de comercialização de energia.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, uso do bem público (UBP), arrendamento, dividendos a pagar e contratos de comercialização de energia.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

f) Intangível

Referem-se a gastos com desenvolvimento de projetos, os quais são capitalizados a partir do momento em que os projetos passam da fase de estudo para desenvolvimento.

g) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 10.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos--Continuação

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

h) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

i) Ativo financeiro

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa.

j) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Ativo imobilizado--Continuação

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 11.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

k) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

m) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

m) Reconhecimento da receita--Continuação

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como Agente em parte dos seus contratos caracterizados pelas operações as quais os riscos estão sendo repassados as partes relacionadas, para estas transações a Sociedade é um intermediador da operação, e como Principal nos contratos os quais a Sociedade está exposta aos riscos das transações, ou seja, a mesma arcará com eventuais sanções / penalidades por não cumprir com as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com as contrapartes.

n) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade e as controladas COINCE, BET, ESCURA, IGARAP e SLUIZ, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

o) Estimativas contábeis--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

p) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

r) Contratos futuros de energia (compra e venda)

A controlada direta Elera Comercializadora Ltda. (BET) possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Elera Comercializadora Ltda. possui flexibilidade para gerenciar esses contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem quitados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e são reconhecidos no balanço da Elera Comercializadora Ltda. pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo dos derivativos de compra e venda de energia são estimados com base nas cotações de preços de mercados ativos onde tais dados são observáveis de mercado de venda e energia e estão disponíveis a cada fechamento contábil para mensuração de valor justo. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controladas Diretas	Percentuais de Participação	
	2023	2022
Água Clara Energética S.A.	100%	100%
Elera Comercializadora Ltda.	100%	100%
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	100%	100%
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	100%
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	100%	100%
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE	100%	100%
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	100%	100%
Energética Ponte Alta S.A.	100%	100%
Energética Rio Pedrinho Ltda.	100%	100%
Energética Salto Natal S.A.	100%	100%
Igarapé Energética Ltda.	100%	100%
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	100%
Manon Energia S.A.	100%	100%
Lumbrás Energética S.A.	100%	100%
Pezzi Energética S.A.	100%	100%
Riachão Energética Ltda.	100%	100%
Rio Glória Energética Ltda.	100%	100%
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	100%	100%
Rio Pomba Energética Ltda.	100%	100%
Salto Jauru Energética S.A.	76,08%	76,08%
Santa Clara Energética Ltda.	100%	100%
São Geraldo Energética Ltda.	100%	100%
São Luiz Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	100%
Zona da Mata Geração S.A.	100%	100%
Energética Rio Pedrinho Ltda.	100%	100%

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Controladas Indiretas	2023	2022
Caçador Energética S.A.	100%	100%
Cotiporã Energética S.A.	100%	100%
Linha Emília Energética S.A.	100%	100%
Serra Negra Energética S.A.	70%	70%
Bela Vista Energética Ltda.	100%	100%
Pantanal Energética Ltda.	100%	100%

2.5. Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.

Em 03 de outubro de 2022 ocorreu a Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A em razão da operação proporcionar benefícios de natureza negocial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais.

O resultado de R\$32.178 foi incorporado na Elera Renováveis S.A. via acervo liquido em reserva de lucros e a partir dessa data os resultados da entidade incorporada passam a ser da Sociedade. Ambas as entidades possuíam o mesmo acionista controlador de forma indireta, dessa forma, a incorporação da empresa se configura de controle comum.

Foram registrados na Sociedade, os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Itiquira Energética S.A.

Balanço individual de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	03/10/2022
Caixa e equivalentes de caixa	39.999
Contas a receber	14.470
Despesas antecipadas	1.261
Estoque	4.831
Empréstimos a receber	313.979
Impostos a recuperar	6.621
Outras contas a receber	7.268
Total ativo circulante	388.429
Investimento	229.074
Depósitos judiciais	17.678
Imobilizado	199.961
Arrendamento	508
Total do ativo não circulante	447.221
Total do Ativo	835.650

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.—Continuação

Balço individual de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	03/10/2022
Contas a pagar	18.709
Empréstimos e financiamentos	85.768
Impostos e contribuições a recolher	5.846
Salários e encargos sociais	923
Dividendos a pagar	42.018
Arrendamento	263
Outras contas a pagar	1.505
Total do passivo circulante	<u>155.032</u>
Empréstimos e financiamentos	184.260
Impostos diferidos	36.788
Provisões para contingências	9.961
Arrendamento	328
Total do passivo não circulante	<u>231.337</u>
Capital Social	136.474
Reserva de capital	3.839
Reserva de lucros	104.072
Reserva de incentivo fiscal	162.201
Reserva de reavaliação patrimonial	42.695
Total do patrimônio líquido	<u>449.281</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>835.650</u></u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.—Continuação

Balanço consolidado de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	03/10/2022
Caixa e equivalentes de caixa	43.577
Contas a receber	17.815
Despesas antecipadas	2.052
Estoque	6.370
Empréstimos a receber	313.979
Impostos a recuperar	6.822
Outras contas a receber	8.862
Total ativo circulante	<u>399.477</u>
Depósitos judiciais	17.687
Imobilizado	427.598
Arrendamento	955
Total do ativo não circulante	<u>446.240</u>
Total do Ativo	<u>845.717</u>
Contas a pagar	24.802
Empréstimos e financiamentos	85.768
Impostos e contribuições a recolher	6.662
Salários e encargos sociais	923
Dividendos a pagar	42.018
Arrendamento	495
Outras contas a pagar	2.283
Total do passivo circulante	<u>162.951</u>
Empréstimos e financiamentos	184.260
Impostos diferidos	36.788
Provisões para contingências	9.968
Arrendamento	619
Outras contas a pagar	1.850
Total do passivo não circulante	<u>233.485</u>
Capital Social	136.474
Reserva de capital	3.839
Reserva de lucros	266.273
Reserva de reavaliação patrimonial	42.695
Total do patrimônio líquido	<u>449.281</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>845.717</u></u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.--Continuação

Após a reorganização societária, reorganização a Elera Renováveis Participações S.A. continua sendo o acionista controlador da Companhia com participação de 81,65% e a Itisa Holding LLC anterior acionista da Itiquira Energética S.A. com 100% das ações da entidade a incorporada, passa a deter 18,35% de participação na BER como parte da relação de troca calculada em 0,86 por ação sem ganho ou perda entre as duas empresas. O resultado apurado pela Itiquira até a data da incorporação foi incorporado na Elera via acervo líquido em reserva de lucros e a partir dessa data os resultados da entidade incorporada passam a ser da Elera.

A distribuição do capital e participação acionárias após a reorganização societária está descrita conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de	Capital social	Quantidade de	Capital social
	Ações em milhares		Ações em milhares	
	2022	2022	2021	2021
Elera Renováveis Participações S.A.	1.084.976.702	930.198	1.084.977	930.198
Itisa Holding LLC	243.858.663	209.070	-	-
TOTAL	1.328.835.365	1.139.268	1.084.977	930.198

Demonstração do resultado de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022</u>
Receita operacional líquida	157.245
Custo de geração de energia	(115.422)
Lucro bruto	<u>41.823</u>
Receitas (despesas) operacionais	
Gerais e administrativas	(11.602)
Outras despesas operacionais	(1.128)
	<u>(12.730)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	<u>29.093</u>
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	37.473
Despesas financeiras	(34.389)
	<u>3.084</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>32.177</u>
Imposto de renda e contribuição social	
Corrente	(3.843)
Diferido	3.844
Lucro líquido do exercício	<u>32.178</u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Incorporação de Barra do Braúna Energética S.A. por Elera Renováveis S.A.

Em 01 de novembro de 2022 ocorreu a Incorporação de Barra do Braúna Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A em razão da operação proporcionar benefícios de natureza negocial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais oriundos das obrigações contábeis, fiscais e regulatórias. Como a Sociedade incorporada era controlada de forma integral pela Elera Renováveis S.A. não há impacto nas demonstrações financeiras consolidadas. Foram registrados na Elera Renováveis S.A., os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Barra do Braúna Energética S.A.

Balanco individual de incorporação em 1º de novembro de 2022:

	01/11/2022
Caixa e equivalentes de caixa	10.960
Contas a receber	11.236
Despesas antecipadas	460
Estoque	1.740
Impostos a recuperar	10
Outras contas a receber	2.239
Total ativo circulante	26.645
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	15.935
Depósitos judiciais	20
Imobilizado	194.245
Arrendamento	325
Total do ativo não circulante	210.525
Total do Ativo	237.170
Contas a pagar	3.696
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	2.440
Arrendamento	176
Impostos e contribuições a recolher	752
Outras contas a pagar	324
Total do passivo circulante	7.388
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	13.603
Arrendamento	164
Total do passivo não circulante	13.767
Capital Social	135.267
Reserva de lucros	55.332
Reserva de reavaliação patrimonial	25.416
Total do patrimônio líquido	216.015
Total do passivo e do patrimônio líquido	237.170

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	4.544	312	17.287	5.661
Aplicações financeiras	8.515	8.423	64.932	53.416
Total	13.059	8.735	82.219	59.077

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	8.515	-	60.407	15.816
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	-	-	4.525	29.177
Banco Itaú S.A.	Op. compromissada	CDI	-	8.423	-	8.423
			8.515	8.423	64.932	53.416

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda de energia	50.401	20.117	204.563	194.373
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	241	-	24.362	7.942
Contas a receber com partes relacionadas	180.040	206.992	82.405	112.341
Total	230.682	227.109	311.330	314.656

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

Aging list	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo a vencer	153.324	129.873	249.059	247.444
Saldo vencido até 30 dias	33.658	27.763	36.443	24.730
Saldo vencido de 31 a 90 dias	19.148	23.481	6.922	18.239
Saldo vencido de 91 a 180 dias	3.945	18.611	4.238	20.513
Saldo vencido de 181 a 365 dias	20.607	16.375	14.668	568
Saldo vencido há mais de 365 dias	-	11.006	-	3.162
Total	230.682	227.109	311.330	314.656

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contratos de comercialização de energia

A controlada direta da Sociedade, Elera Comercializadora Ltda. (BET), opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Elera Comercializadora Ltda., que foi reconhecido pelo seu valor justo e foram mensuradas através de dados observáveis de preço futuro de energia através da CCEE sendo este uma mensuração de valor justo de nível 2 de acordo como o CPC 48. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante de R\$ 9.676 para o resultado do consolidado foi reconhecida, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos de vendas (posição ativa)	181.542	45.723
Marcação a mercado dos contratos de compras (posição passiva)	(171.866)	(40.072)
Total saldo líquido dos instrumentos financeiros derivativos de venda de energia no balanço patrimonial	9.676	5.651

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2023. O impacto no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 4.025 (R\$ 14.534 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à variação dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas contas de ativo e passivo na data das demonstrações financeiras.

	Consolidado	
	2023	2022
Ativo – comercialização de energia		
Circulante	120.769	45.723
Não Circulante	60.773	-
Total dos contratos de comercialização de energia em posição ativa	181.542	45.723

	Consolidado	
	2023	2022
Passivo – comercialização de energia		
Circulante	110.463	40.072
Não Circulante	61.403	-
Total dos contratos de comercialização de energia em posição passiva	171.866	40.072

A controlada direta da Sociedade, Elera Comercializadora Ltda., tem como política pré-estabelecida de efetuar operações de comercialização de energia com prazo máximo de dois anos.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	32.673	166.405	-	4.221
Liberação de recursos para partes relacionadas	7.320	29.350	-	-
Juros incorridos	1.443	2.560	-	-
Imposto sobre operação financeira	300	1.571	-	-
Exclusão mútuo -- Itiquira (*)	-	(4.221)	-	(4.221)
Amortização de principal	(26.325)	(160.603)	-	-
Amortização de juros	(1.651)	(2.389)	-	-
Saldo final	13.760	32.673	-	-

(*) O saldo refere-se a exclusão do mútuo de BER com Itiquira, uma vez que Itiquira foi incorporada em BER em 03/10/2022.

Em razão da Incorporação da Itiquira pela Elera Renováveis foi efetuado um encontro de contas do mútuo efetuado no exercício de 2016, através da aquisição de debêntures com a parte relacionada, encerrando assim a operação entre elas. Estas debêntures eram remuneradas a 100% do CDI com mais sobretaxa de 0,50% ao ano, e possuía o vencimento em 09 de novembro de 2025. O valor nominal de cada uma das debêntures seria pago conforme disponibilidade de caixa, na data do vencimento, exceto se as debêntures fossem convertidas em ações.

Durante o exercício de 2023 a Sociedade efetuou novos saques nos contratos de mútuos já vigentes das partes relacionadas Elera Comercializadora no montante de R\$7.399 e não teve novas liberações de mútuos entre as demais controladas. Para os contratos vigentes em 2023 são com as seguintes partes relacionadas: Elera Comercializadora e Salto Jaurú. A transação com a Elera Comercializadora não possui cobrança de juros, somente incidência de IOF. Essas transações não possuem data de vencimento, com previsão de liquidação durante o exercício de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa.

7. Contas a receber – Indenização

A composição do contas a receber por indenização é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Indenização Neblina e Sinceridade	79.283	79.283
Total	79.283	79.283

A controlada Zona da Mata busca, por meio da ação nº 0001189-76.2013.4.01.3400, indenização pela continuidade dos negócios decorrente da demora excessiva na análise e julgamento pelo órgão regulador nacional de energia (“ANEEL”) e União Federal, em relação ao pedido da Zona da Mata de renovação da concessão das PCHs Neblina e Sinceridade.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber – Indenização—Continuação

Apesar do Governo Federal ter declarado que as condições para a renovação estavam cumpridas, o referido processo administrativo demorou mais de 7 anos, havendo indícios de que pelo menos quase 5 anos se deveram exclusivamente a questões burocráticas. Essa renovação das referidas concessões, à época, era amparada pela Lei 9.074/1995, aplicável ao nosso caso particular. Nos termos da referida lei, tal renovação era viável.

Uma das consequências dessa demora, culminou com o fato do pedido da Zona da Mata ter sido prejudicado pela publicação da medida provisória 579/2012, que posteriormente se transformou na lei 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras para a renovação da concessão das PCHs, não mais permitindo sua viabilidade econômica.

Em julho de 2019 o Tribunal Regional Federal (“TRF”) acolheu o pedido da Zona da Mata e condenou a União Federal ao pagamento de acordo com a continuidade da operação a ser calculado oportunamente na decisão final do processo.

Posteriormente à decisão do TRF, a União Federal e a ANEEL recorreram em diversas oportunidades. Tais recursos foram todos negados pelos Tribunais. Mais recentemente, a ANEEL e a União Federal interpuseram os chamados “recursos especial e extraordinário”, apresentados no 1º trimestre de 2022 ao Superior Tribunal de Justiça e aguardando o seu exame de provimento.

A expectativa era que o caso tivesse o trânsito em julgado favoravelmente no STJ ainda em 2023. No entanto, somente para a União, o processo transitou em julgado, pois não há mais qualquer recurso dela pendente de julgamento. Diante disso, aguarda-se a inclusão em pauta de recurso da ANEEL para julgamento perante a sessão da 2ª Turma do STJ, sendo esperada para ocorrer durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O ganho concedido à Zona da Mata em decisão do TRF já publicada em 2019, as etapas finais do processo judicial e a confirmação que os recursos pendentes apresentados ao Superior Tribunal de Justiça (etapa final), (a) não atenderam os requisitos a serem submetidos e analisados pelos Tribunais Superiores, de acordo com o respectivo Código de Processo Nacional e (b) são considerados como processo procrastinador.

Consequentemente, é de entendimento pela administração que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa e de acordo com o CPC 25, parágrafo 33 tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo Poder Público, além de não representar acréscimo patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

A decisão do TRF, acima mencionada, referiu-se à indenização referente aos ganhos que a Zona da Mata foi privada por não ter conseguido renovar a concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. A Sociedade entende que os proventos calculados de acordo com os parâmetros e premissas regulatórias que são de domínio público através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estão atualmente estimados em R\$ 79.283.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2023	2022
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	17.271	17.931
Banco Santander S.A.	Fundos	CDI	11.367	11.629
			28.638	29.560

As investidas da Sociedade (Serra dos Cavalinhos I Energética S.A., Serra dos Cavalinhos II Energética S.A., Pezzi Energética S.A. e São Luiz Energética S.A.) possuem depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de Outorga

A Sociedade, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Barra do Braúna, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pró-rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 3,75%.

A Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso do Bem Público - Direitos de Outorga:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	15.770	-	15.770	16.761
Amortização	(991)	(165)	(991)	(991)
Incorporação de Braúna	-	15.935	-	-
Saldo final	14.779	15.770	14.779	15.770

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	15.306	-	15.306	19.666
Atualização monetária provisionada	338	29	338	575
Juros provisionados	79	-	79	-
Pagamento	(5.225)	(766)	(5.225)	(4.935)
Incorporação de Braúna	-	16.043	-	-
Total	10.498	15.306	10.498	15.306

Passivo circulante	2.466	2.440	2.466	2.440
Passivo não circulante	8.032	12.866	8.032	12.866

Os compromissos do passivo não circulante, atualizados até 31 de Dezembro de 2023, estão assim distribuídos:

2025	2.466
2026	2.466
2027	2.466
Após 2027	634
	<u>8.032</u>

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimento

Investida	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Valor dos Investimentos		Equivalência patrimonial	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Controladas										
Água Clara Energética S.A.	100%	100%	1.971	8.618	(7.392)	(1.431)	1.971	8.618	(7.392)	(1.431)
Elera Energia Renovável Minas Gerais S.A.	100%	100%	17.628	22.975	(2.353)	(1.863)	17.628	22.975	(2.353)	(1.863)
Elera Energia Comercializadora Ltda.	100%	100%	44.323	36.887	7.436	18.986	44.323	36.887	7.436	18.986
Barra Do Brauna Energetica S.A.	0%	0%	-	-	-	-	-	-	-	45.840
Serra Dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	100%	101.981	104.603	13.964	13.271	101.981	104.603	13.964	13.271
Serra Dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	100%	130.912	126.764	17.796	13.881	130.912	126.764	17.796	13.881
Cia Canadense De Invest. Em Energia S.A.	100%	100%	325.705	349.010	131.570	114.354	325.705	349.010	131.570	114.354
Energética Campos De Cima Da Serra Ltda	100%	100%	250.772	253.269	19.357	19.314	250.772	253.269	19.357	19.314
Energética Rio Pedrinho S.A.	100%	100%	68.519	71.672	6.571	8.077	68.519	71.672	6.571	8.077
Cachoeira Escura Energética S.A. (**)	100%	100%	191.736	221.271	32.575	26.094	191.736	221.271	32.575	5.794
São Geraldo Energética S.A.	100%	100%	94.999	100.040	7.331	9.043	94.999	100.040	7.331	9.043
Rio Gloria Energética S.A.	100%	100%	83.385	84.664	31.078	30.875	83.384	84.664	31.078	30.875
Centrais Hidrelétricas Grapon Sa	100%	100%	101.425	111.428	21.621	23.323	101.425	111.428	21.621	23.323
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	100%	87.959	88.735	41.159	40.361	87.959	88.735	41.159	40.361
Lumbras Energética Sa	100%	100%	82.649	82.655	14.688	17.870	82.649	82.655	14.688	17.870
Rio Manhuaçu Energética S.A.	100%	100%	34.498	37.587	4.048	5.171	34.498	37.587	4.048	5.171
Pezzi Energética Sa	100%	100%	86.173	77.828	10.944	9.198	86.173	77.828	10.944	9.198
Rio Pomba Energética S.A.	100%	100%	55.811	58.607	17.708	17.092	55.811	58.607	17.708	17.092
Energética Ponte Alta S.A.	100%	100%	43.362	39.244	13.372	12.674	43.362	39.244	13.372	12.674
Riachao Energética S.A.	100%	100%	92.074	90.176	6.484	8.123	92.074	90.176	6.484	8.123
Salto Jauru Energética S.A.	76%	76%	53.384	71.167	(19.334)	6.204	40.616	54.147	(14.721)	4.718
1São Luiz Energética S.A.	100%	100%	216.390	221.581	(5.192)	1.950	216.390	221.581	(5.192)	1.950
Energética Salto Natal Sa	100%	100%	85.053	86.593	12.996	13.724	85.053	86.593	12.996	13.724
Zona Da Mata Geração S.A.	100%	100%	114.303	104.011	23.410	106.567	114.303	104.011	23.410	106.567
Ágio alocado na aquisição de controladas (*)			-	-	-	-	38.759	46.447	-	-
Subtotal - Controladas			2.365.012	2.449.385	399.836	512.858	2.391.002	2.478.812	404.449	536.912
Não controladas										
Galera Centrais Elétricas	50%	50%	138.757	150.025	37.823	49.140	69.378	75.015	18.911	24.570
Rio Galera Energética S.A.	50%	50%	4.714	4.724	(10)	(10)	3	-	-	-
Subtotal - Não controladas			143.471	154.749	37.813	49.130	69.381	75.015	18.911	24.570
Total			2.508.483	2.604.134	437.649	561.988	2.460.384	2.553.827	423.361	561.482

(*) Ágio na aquisição das controladas Lumbrás Energética S.A. e Zona da Mata Geração S.A., além do ágio de Itiquira que foi incorporado na BER em 03/10/2022.

(**) Investimento devido a incorporação de Itiquira na BER.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos—Continuação

Movimentação do investimento em controladas

Controladas	Percentual de participação	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Aporte/Integralização/Redução de capital	Dividendos	Incorporação/Redução de Participação	Saldo em 2023
Água Clara Energética S.A.	100%	8.618	(7.392)	-	745	-	-	1.971
Elera Energia Renovável Minas Gerais S.A.	100%	22.975	(2.354)	-	-	(2.993)	-	17.628
Elera Energia Comercializadora Ltda.	100%	36.887	7.436	-	-	-	-	44.323
Serra Dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	104.603	13.963	-	(6.500)	(10.085)	-	101.981
Serra Dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	126.764	17.796	-	-	(13.648)	-	130.912
Cia Canadense De Invest. Em Energia S.A.	100%	349.010	131.569	-	(32.245)	(122.629)	-	325.705
Energética Campos De Cima Da Serra Ltda	100%	253.269	19.357	-	-	(21.854)	-	250.772
Energética Rio Pedrinho S.A.	100%	71.672	6.570	-	(634)	(9.089)	-	68.519
Cachoeira Escura Energética S.A. (***)	100%	221.271	32.574	-	(35.781)	(26.328)	-	191.736
São Geraldo Energética S.A.	100%	100.040	7.331	-	(2.049)	(10.323)	-	94.999
Rio Gloria Energética S.A.	100%	84.664	31.078	-	-	(32.358)	-	83.384
Centrais Hidreletricas Grapon Sa	100%	111.428	21.621	-	(7.039)	(24.585)	-	101.425
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	88.735	41.158	-	-	(41.934)	-	87.959
Lumbras Energética Sa	100%	82.655	14.688	-	-	(14.694)	-	82.649
Rio Manhuaçu Energética S.A.	100%	37.587	4.048	-	(1.650)	(5.487)	-	34.498
Pezzi Energética Sa	100%	77.828	10.944	-	-	(2.599)	-	86.173
Rio Pomba Energética S.A.	100%	58.607	17.708	-	(2.525)	(17.979)	-	55.811
Energética Ponte Alta S.A.	100%	39.244	13.372	-	-	(9.254)	-	43.362
Riachao Energética S.A.	100%	90.176	6.484	-	-	(4.586)	-	92.074
Salto Jauru Energética S.A.	76%	54.147	(14.710)	-	-	1.180	-	40.617
São Luiz Energética S.A.	100%	221.581	(5.191)	-	-	-	-	216.390
Energética Salto Natal Sa	100%	86.593	12.995	-	-	(14.535)	-	85.053
Zona Da Mata Geração S.A.	100%	104.011	23.410	-	-	(13.118)	-	114.303
Ágio alocado na aquisição de controladas - BER		46.447	-	(7.688)	-	-	-	38.759
Total		2.478.812	404.455	(7.688)	(87.678)	(396.898)	-	2.391.003

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos—Continuação

Movimentação do investimento em controladas—Continuação

Controladas	Percentual de participação	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Aporte/Integralização o/ Redução de capital	Dividendos	Incorporação	Saldo em 2022
Água Clara Energética S.A.	100%	6.979	(1.431)	-	3.070	-	-	8.618
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	100%	25.829	(1.863)	-	-	(991)	-	22.975
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	100%	17.901	18.986	-	-	-	-	36.887
Barra Do Brauna Energética Sa	100%	206.162	45.840	-	-	(35.987)	(216.015)	-
Serra Dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	108.332	13.271	-	-	(17.000)	-	104.603
Serra Dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	123.200	13.881	-	-	(10.317)	-	126.764
Cia Canadense De Invest. Em Energia S.A.	100%	375.758	114.354	-	(1.739)	(139.363)	-	349.010
Energética Campos De Cima Da Serra Ltda	100%	249.871	19.314	-	4.710	(20.626)	-	253.269
Energética Rio Pedrinho S.A.	100%	66.712	8.077	-	6.146	(9.263)	-	71.672
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	-	5.794	-	(7.400)	(6.197)	229.074	221.271
São Geraldo Energética S.A.	100%	104.617	9.043	-	(679)	(12.941)	-	100.040
Rio Gloria Energética S.A.	100%	88.950	30.875	-	(2.135)	(33.026)	-	84.664
Centrais Hidrelétricas Grapon Sa	100%	112.886	23.323	-	(3.610)	(21.171)	-	111.428
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	89.883	40.361	-	(1.405)	(40.104)	-	88.735
Lumbras Energética Sa	100%	86.866	17.870	-	(8.348)	(13.733)	-	82.655
Rio Manhuaçu Energética S.A.	100%	39.009	5.171	-	(1.107)	(5.486)	-	37.587
Pezzi Energética Sa	100%	94.350	9.198	-	(20.642)	(5.078)	-	77.828
Rio Pomba Energética S.A.	100%	59.764	17.092	-	(1.170)	(17.079)	-	58.607
Energética Ponte Alta S.A.	100%	39.197	12.674	-	-	(12.627)	-	39.244
Riachao Energética S.A.	100%	96.606	8.123	-	-	(14.553)	-	90.176
Salto Jauru Energética S.A.	100%	53.522	4.718	-	-	(4.093)	-	54.147
São Luiz Energética S.A.	100%	88.406	1.950	-	131.680	(455)	-	221.581
Energética Salto Natal Sa	100%	89.313	13.724	-	(2.942)	(13.502)	-	86.593
Zona Da Mata Geração S.A.	100%	70.845	106.567	-	(30.800)	(42.601)	-	104.011
Ágio alocado na aquisição de controladas		50.811	-	(4.364)	-	-	-	46.447
Total		2.345.769	536.912	(4.364)	63.629	(476.193)	13.059	2.478.812

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos—Continuação

Principais informações sobre empresas controladas

	2023					2022			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Lucro (prejuízo) do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Água Clara Energética S.A.	4.475	2.504	1.971	-	(7.392)	9.550	931	8.619	(1.431)
Elera Renovável Minas Gerais S.A.	19.460	1.831	17.628	-	(2.353)	24.127	1.152	22.975	(1.863)
Elera Energia Comercializadora Ltda.	323.719	279.397	44.323	-	7.436	227.665	190.778	36.887	18.986
Serra Dos Cavalinhos I Energética S.A.	205.899	103.918	101.981	-	13.964	214.637	110.035	104.602	13.271
Serra Dos Cavalinhos II Energética S.A.	176.439	45.526	130.912	-	17.796	179.174	52.409	126.765	13.881
Cia Canadense De Invest. Em Energia S.A.	368.100	42.395	325.705	-	131.570	374.957	25.948	349.009	114.354
Energética Campos De Cima Da Serra Ltda	262.826	12.054	250.772	-	19.357	267.964	14.695	253.269	19.314
Energética Rio Pedrinho S.A.	73.934	5.414	68.519	-	6.571	75.383	3.711	71.672	8.077
Cachoeira Escura Energética S.A.	205.037	13.301	191.736	-	32.575	227.069	5.798	221.271	26.094
São Geraldo Energética S.A.	99.881	4.883	94.999	-	7.331	103.508	3.469	100.039	9.043
Rio Gloria Energética S.A.	92.103	8.718	83.385	-	31.078	93.891	9.227	84.664	30.875
Centrais Hidrelétricas Grapon S.A.	118.344	16.920	101.425	1.900	21.621	121.074	9.646	111.428	23.323
Lagoa Azul Energética S.A.	99.006	11.046	87.959	-	41.159	99.961	11.226	88.735	40.361
Lumbras Energética Sa	91.412	8.763	82.649	-	14.688	91.868	9.212	82.656	17.870
Rio Manhuaçu Energética S.A.	38.073	3.575	34.498	-	4.048	40.173	2.586	37.587	5.171
Pezzi Energética S.A.	126.212	40.039	86.173	-	10.944	128.837	51.009	77.828	9.198
Rio Pomba Energética S.A.	62.345	6.534	55.811	-	17.708	65.290	6.683	58.607	17.092
Energética Ponte Alta S.A.	49.524	6.162	43.362	-	13.372	45.288	6.044	39.244	12.674
Riachao Energética S.A.	97.226	5.152	92.074	-	6.484	99.611	9.435	90.176	8.123
Salto Jauru Energética S.A.	96.163	42.779	53.384	-	(19.334)	100.021	28.855	71.166	6.204
São Luiz Energética S.A.	446.534	230.144	216.390	-	(5.192)	458.012	236.431	221.581	1.950
Energética Salto Natal S.A.	91.167	6.114	85.053	-	12.996	93.261	6.669	86.592	13.724
Zona Da Mata Geração S.A.	123.295	8.992	114.303	-	23.410	125.329	21.318	104.011	106.567

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos—Continuação

Movimentação do investimento em empresas não controladas

Investidas	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Venda de participação em investida	Saldo em 2023
Galera Centrais Elétricas S.A.	75.015	18.911	(24.547)	-	-	69.379
	75.015	18.911	(24.547)	-	-	69.379

Investidas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Venda de participação em investida	Saldo em 2022
Galera Centrais Elétricas S.A.	71.597	24.570	(21.152)	-	-	75.015
	71.597	24.570	(21.152)	-	-	75.015

Principais informações sobre as empresas não controladas

	2023				2022			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Galera Centrais Elétricas S.A.	78.999	7.119	23.804	23.804	177.881	27.856	150.025	4.940
Rio Galera Energética S.A.	4.729	15	4.724	(10)	4.725	2	4.723	9

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Em serviço					Em curso		Ágio na Incorporação	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento		
31 de dezembro de 2021	343	88.610	-	14.763	-	-	21.794	-	125.510
Adições	-	-	-	-	-	91	25.929	-	26.020
Baixas	-	(6.380)	-	(161)	-	-	(1.437)	-	(7.978)
Incorporação Brauna	4.183	100.154	186.482	17.368	848	1.549	4.096	-	314.680
Incorporação Itiquira	6.388	139.708	524.183	101.432	49.726	2.483	2.332	116.468	942.720
Transferências	-	6.606	-	-	-	-	(6.606)	-	-
31 de dezembro de 2022	10.914	328.698	710.665	133.402	50.574	4.123	46.108	116.468	1.400.952
Adições	-	-	-	-	-	474	20.787	-	21.261
Baixas	-	-	-	-	-	(409)	(36)	-	(445)
Impairment Itiquira	-	-	(18.691)	-	-	-	-	(3.760)	(22.451)
Transferências	-	57.550	3.299	(3.133)	(28.315)	(5)	(29.396)	-	-
31 de dezembro de 2023	10.914	386.248	695.273	130.269	22.259	4.183	37.463	112.708	1.399.317
31 de dezembro de 2021	-	(57.746)	-	(2.775)	-	-	-	-	(60.521)
Adições de depreciação	(141)	(12.377)	(8.985)	(1.613)	(484)	-	-	(1.310)	(24.910)
Baixas de depreciação	-	3.712	-	37	-	-	-	-	3.749
Incorporação Brauna	(1.613)	(45.359)	(65.783)	(7.295)	(385)	-	-	-	(120.435)
Incorporação Itiquira	(4.418)	(116.032)	(397.220)	(85.742)	(42.526)	-	-	(96.820)	(742.758)
31 de dezembro de 2022	(6.172)	(227.802)	(471.988)	(97.388)	(43.395)	-	-	(98.130)	(944.875)
Adições de depreciação	(687)	(36.169)	(34.885)	(6.886)	(1.563)	-	-	(14.578)	(94.768)
Transferências	-	(13.776)	(12.205)	1.634	24.347	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(6.859)	(277.747)	(519.078)	(102.640)	(20.611)	-	-	(112.708)	(1.039.643)
31 de dezembro de 2022	4.742	100.896	238.677	36.014	7.179	4.123	46.108	18.338	456.077
31 de dezembro de 2023	4.055	108.501	176.195	27.629	1.648	4.183	37.463	-	359.674

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado—Continuação

Movimentação do imobilizado do consolidado

	Em serviço					Em curso				Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Impairment	Mais Valia	
31 de dezembro de 2021	37.385	685.107	3.031.230	346.791	167.493	16.858	456.853	(2.408)	-	4.739.309
Adições	-	-	-	-	-	1.412	112.099	-	-	113.511
Adições sem efeito de caixa	-	-	-	-	-	-	10.175	-	-	10.175
Baixas	-	(14.637)	-	(381)	-	(228)	(1.503)	-	-	(16.749)
Incorporação	6.835	220.214	603.805	136.989	49.726	3.301	4.307	-	400.310	1.425.217
Transferências	13.139	54.205	258.249	143.385	210	(629)	(468.559)	-	-	-
31 de dezembro de 2022	57.359	944.889	3.893.284	626.784	217.429	20.444	113.372	(2.408)	400.310	6.271.463
Adições	-	400	1.430	-	-	1.719	48.632	-	-	52.181
Baixas	(3)	(304)	-	-	-	(1.093)	(2.007)	-	-	(3.407)
Impairment (*)	-	-	-	-	-	-	-	(23.983)	(3.760)	(27.743)
Transferências	8.988	263.949	(125.677)	70.983	(165.226)	268	(53.285)	-	-	-
31 de dezembro de 2023	66.344	1.208.934	3.769.037	697.767	52.203	21.338	106.712	(26.391)	396.550	6.292.494
31 de dezembro de 2021	(17.696)	(340.683)	(1.356.929)	(151.723)	(80.755)	-	-	268	-	(1.947.518)
Adições de depreciação	(1.033)	(33.271)	(72.945)	(13.792)	(4.661)	-	-	225	(6.972)	(132.449)
Baixa	-	7.986	-	245	-	-	-	-	-	8.231
Incorporação	(4.449)	(161.535)	(429.541)	(111.603)	(42.525)	-	-	-	(247.983)	(997.636)
31 de dezembro de 2022	(23.178)	(527.503)	(1.859.415)	(276.873)	(127.941)	-	-	493	(254.955)	(3.069.373)
Adições de depreciação	(1.211)	(69.156)	(111.056)	(25.399)	(3.187)	-	-	225	(29.416)	(239.200)
Baixas de depreciação	-	68	-	-	-	-	-	-	-	68
Transferência	-	(110.117)	62.939	(49.882)	97.060	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(24.389)	(706.708)	(1.907.532)	(352.154)	(34.068)	-	-	718	(284.371)	(3.308.504)
Total em 31 de dezembro de 2022	34.181	417.386	2.033.869	349.911	89.488	20.444	113.372	(1.915)	145.355	3.202.091
Total em 31 de dezembro de 2023	41.955	502.226	1.861.505	345.613	18.134	21.338	106.712	(25.673)	112.179	2.983.989

(*) Durante o exercício de 2023 a Sociedade registrou um impairment de R\$ 27.743 correspondendo da seguinte forma: (i) R\$ 22.450 referente a Itiquira, sendo R\$ 3.760 deduzido da mais valia ainda restante desse ativo adicionado a controladora com a incorporação da Itiquira; (ii) R\$ 5.293 referente ao impairment reconhecido na controlada Agua Clara.

(**) Durante o exercício de 2023 a Sociedade realizou transferências no ativo imobilizado, não houve alteração de estimativa e vida útil.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2023 e 2022 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras, transmissão e distribuição e outros. O imobilizado da controladora, ou seja, os ativos administrativos são depreciados a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização ou concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), as controladas diretas e indiretas da Sociedade optaram durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens integrados do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 e em 1º de janeiro de 2010 de R\$ 1.783.654 e de R\$ 108.066, respectivamente, registrado no ativo imobilizado consolidado. Nos saldos do imobilizado da controladora são considerados o imobilizado administrativo e não foi efetuado ajuste por valores atribuídos para este imobilizado, pelo do custo de aquisição destes ativos serem equivalentes ao seu valor justo.

Devido a incorporação da Itiquira Energética S.A. a Elera Renováveis S.A. teve incorporado ao seu imobilizado os valores dos custos atribuídos que foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 372.325 registrado no ativo imobilizado da Itiquira. O saldo líquido incorporado pela Elera Renováveis S.A. totalizou R\$ 61.237.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Sociedade e suas controladas analisaram o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade reconheceu nas suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$27.743 como outras despesas operacionais (nota 22), sendo R\$ 22.450 reconhecido na controlada considerando a avaliação do valor em uso da unidade geradora de caixa Itiquira, adicionada à controladora por incorporação em 2022 e R\$ 5.293 considerando a avaliação do valor em uso da unidade geradora de caixa Água Clara.

A Sociedade possui em seu ativo consolidado uma provisão de impairment reconhecida em 2023 sendo:

Empresa	2023	
	Custo	Impacto no resultado
Água Clara Energética S.A.	5.293	5.293
Elera Renováveis S.A. (Itiquira)	22.450	22.450
	27.743	27.743

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo financeiro

Com base nas características estabelecidas no contrato de Concessão 39/1999 e Portaria nº 2/1996, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível, em virtude de a sua recuperação estar condicionada à prestação do serviço público (vendas de energia).

A infraestrutura construída da atividade de geração de energia, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Sociedade é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Movimentação do ativo financeiro:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	15.979	28.184
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(214)	726
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(711)	(12.931)
Atualização do ativo financeiro (*)	2.853	-
Total	<u>17.907</u>	<u>15.979</u>

(*) A atualização decorre do aumento da outorga, com isso a Sociedade será reembolsada no momento da devolução da usina em um valor menor.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

Movimentação do intangível da controladora

	Estudos e Projetos
31 de dezembro de 2021	6.912
Adições	530
Baixas	(265)
31 de dezembro de 2022	7.177
Adições	102
Baixas	(3.099)
31 de dezembro de 2023	4.180

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível da controladora

	Máquinas e Reservatório equipamentos, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão de distribuição	Bens em andamento	Estoque fixo	Total intangível ZMT IFRIC 12	Direito de exploração e concessão	Estudos e projetos	Extensão de outorga	Contrato de cessão onerosa	Total	
31 de dezembro de 2021	10.580	14.099	11.520	10	1.653	694	38.556	158.823	6.912	2.322	57.525	264.138
Adições	-	-	-	-	913	120	1.033	-	529	-	-	1.562
Baixas	-	-	-	-	(2)	(3)	(5)	-	(264)	-	-	(269)
Transferências	301	1	(12)	-	(290)	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2022	10.881	14.100	11.508	10	2.274	811	39.584	158.823	7.177	2.322	57.525	265.431
Adições	-	-	-	-	887	80	967	-	102	-	-	1.069
Baixas	(7)	-	-	-	(2.845)	(227)	(3.079)	-	(3.098)	-	-	(6.177)
Transferências	928	(2.245)	304	(10)	1.023	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	11.802	11.855	11.812	-	1.339	664	37.472	158.823	4.181	2.322	57.525	260.323
31 de dezembro de 2021	(7.380)	(5.771)	(8.740)	(6)	-	-	(21.897)	(108.010)	-	(160)	(31.375)	(161.442)
Adições de amortização	(432)	(747)	(407)	-	-	-	(1.586)	(4.364)	-	-	(3.292)	(9.242)
31 de dezembro de 2022	(7.812)	(6.518)	(9.147)	(6)	-	-	(23.483)	(112.374)	-	(160)	(34.667)	(170.684)
Adições de amortização	(971)	(398)	(410)	-	-	-	(1.779)	(7.688)	-	-	(3.354)	(12.821)
Baixas de amortização	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Transferências	(487)	429	52	6	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(9.269)	(6.487)	(9.505)	-	-	-	(25.261)	(120.062)	-	(160)	(38.021)	(183.504)
Total em 31 de dezembro de 2022	3.069	7.582	2.361	4	2.274	811	16.101	46.449	7.177	2.162	22.858	94.747
Total em 31 de dezembro de 2023	2.533	5.368	2.307	-	1.339	664	12.212	38.761	4.181	2.162	19.504	76.820

(*) Durante o exercício de 2023 foram baixados R\$ 3.098 da conta projetos e estudos referente a um projeto descontinuado pelo companhia.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Em 11 de julho de 2007, na controlada Rio Pomba Energética Ltda. ("Pomba"), Rio Manhuaçu Energética Ltda. ("Manhuaçu"), Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda. ("Grapon") e São Geraldo Energética Ltda. ("Geraldo"), foram firmados contratos de cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica entre a Elera Renováveis S.A. e a Cat-Leo Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., com a interveniência da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., por meio do qual foi manifestada a intenção de implementar redução dos montantes de energia contratados nos termos do CCVEE (contrato de compra e venda de energia elétrica) mantido com a CFLCL.

A parte do preço de cessão cabível as controladas foi estabelecida por meio do acordo sobre a vinculação de pagamento do preço de cessão onerosa de direitos e do termo de compromisso de redução da energia contratada assinados entre as controladas e a CFLCL, sendo registrado como ativo intangível nas controladas o montante de R\$ 9.769 (Pomba), R\$ 6.091 (Manhuaçu), R\$ 19.916 (Grapon) R\$ 10.039 (Gerald), equivalente respectivamente, à desconstrução de 7,25 MW (Pomba), 4,52MW (Manhuaçu) e 22,23 MW (Grapon) médios de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2016 até dezembro de 2029 (Pomba) e a partir de março de 2013 até dezembro de 2029 (Manhuaçu) de acordo com o período de autorização das PCHs cuja energia será desconstruída. Em 30 de agosto de 2010 foi celebrado primeiro termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica aditado e consolidado entre Elera Renováveis S.A. e Energisa Minas Gerais Distribuidor de Energia S.A., alterando a data de suprimento de energia a ser desconstruída de 1º de janeiro de 2011 para 1º de janeiro de 2016, conforme 1º aditivo ao termo de compromisso de redução de energia contratada para a controlada Rio Pomba Energética Ltda.

Para a controlada Grapon até 31 de dezembro de 2010, foram firmados diversos contratos para a venda dos 22,23 MW médio de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2010 e tem data prevista de encerramento em dezembro de 2029, de acordo com o período de desconstrução firmado em contrato.

Em agosto de 2012 a Rede Comercializadora de Energia S.A. e a controlada Elera Comercializadora Ltda. ("BET") assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Comercializadora de Energia S.A. cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A. ("SAJESA"), em contrapartida da liquidação de seu contas a pagar de energia elétrica.

De acordo com o termo de entendimentos iniciais, a SAJESA ficava obrigada a pagar à Rede Comercializadora de Energia S.A. valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT.

Por força desse instrumento de cessão onerosa, as obrigações de pagamento que a SAJESA tinha com a Rede Comercializadora de Energia S.A foram transferidos para a BET.

A amortização deste intangível (registrado originalmente no montante de R\$ 11.710) ocorre com base no recebimento da comissão previamente citada, liquidada de impostos, e impactado pelos montantes de energia negociados.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível—Continuação

A Sociedade analisou o valor contábil do ativo intangível e nenhuma provisão para perda do seu valor recuperável foi requerida para as controladas supracitadas.

Ágio pago quando da aquisição das controladas Zona da Mata e Lumbrás, decorrente do direito de exploração delegado pelo Poder Público, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da ANEEL, descontado o tempo decorrido até o início das operações de geração de energia.

A controlada Riachão Energética Ltda., aderiu a repactuação do risco hidrológico através do despacho nº 55 de 13 de janeiro de 2016, alterando o prazo de extensão da outorga de 5 de abril de 2031 para 2 de maio de 2032.

Desta forma, o saldo remanescente da repactuação, após o término da vigência do contrato repactuado, foi realocado para o Grupo do Ativo Intangível da Sociedade e será amortizado de forma linear até o final do prazo da outorga.

Extensão de outorga – Zona da Mata

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 5.888, bem como extensão de 25 meses na sua respectiva outorga.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento

A composição do arrendamento é a seguinte:

Movimentação da controladora

	Edificações	Equipamentos	Total
Custo			
31 de dezembro de 2021	27.043	1.647	28.690
Adições	27.183	3.282	30.465
Baixas	(27.043)	-	(27.043)
Incorporação Itiquira	-	778	778
Incorporação Brauna	-	498	498
31 de dezembro de 2022	27.183	6.205	33.388
Adições	740	-	740
Baixas	-	(283)	(283)
31 de dezembro de 2023	27.923	5.922	33.845
Depreciação			
31 de dezembro de 2021	(13.143)	(1.091)	(14.234)
Adições de depreciação (*)	(5.125)	(842)	(5.967)
Baixas de depreciação	14.258	-	14.258
Incorporação Itiquira	-	(270)	(270)
Incorporação Brauna	-	(173)	(173)
31 de dezembro de 2022	(4.010)	(2.376)	(6.386)
Adições de depreciação (*)	(5.444)	(2.103)	(7.547)
31 de dezembro de 2023	(9.454)	(4.479)	(13.933)
31 de dezembro de 2022	23.173	3.829	27.002
31 de dezembro de 2023	18.469	1.443	19.912

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento--Continuação

Movimentação do consolidado

Custo	Edificações	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2021	27.671	8.722	36.393
Adições	27.183	5.485	32.668
Baixas (remensuração)	(27.671)	(2.892)	(30.563)
Incorporação Itiquira	-	778	778
Incorporação Pantanal	-	345	345
Incorporação Bela Vista	-	334	334
31 de dezembro de 2022	27.183	12.772	39.955
Adições (remensuração)	740	455	1.195
31 de dezembro de 2023	27.923	13.227	41.150
Depreciação			
31 de dezembro de 2021	(13.537)	(3.343)	(16.880)
Adições de depreciação (*)	(5.160)	(3.125)	(8.285)
Baixas de depreciação	14.687	738	15.425
Incorporação Itiquira	-	(270)	(270)
Incorporação Pantanal	-	(118)	(118)
Incorporação Bela Vista	-	(114)	(114)
31 de dezembro de 2022	(4.010)	(6.232)	(10.242)
Adições de depreciação (*)	(5.444)	(4.579)	(10.023)
31 de dezembro de 2023	(9.454)	(10.811)	(20.265)
31 de dezembro de 2022	23.173	6.540	29.713
31 de dezembro de 2023	18.469	2.416	20.885

(*) O direito de uso dos contratos é amortizado de acordo com o período de vigência dos contratos. Para edificações no Rio de Janeiro são 80 meses, em Mato Grosso são 20 meses e Mato Grosso do Sul são 50 meses. Para equipamentos são 35 meses (locação de frota veicular).

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento—Continuação

Em 31 de Dezembro de 2023, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valor nominal dos pagamentos futuros	26.869	36.464	28.273	40.112
Ajuste a valor presente	(4.652)	(7.547)	(4.688)	(7.741)
	22.217	28.917	23.585	32.371
Circulante	6.786	6.581	8.055	8.644
Não circulante	15.431	22.336	15.530	23.727

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	28.917	16.197	32.371	22.149
Adição	457	30.465	1.195	32.668
Pagamentos	(10.468)	(7.321)	(13.263)	(9.671)
Baixas	-	(14.225)	-	(17.055)
Incorporação Itiquira (*)	-	591	-	591
Incorporação Brauna (*)	-	340	-	-
Incorporação Pantanal (*)	-	-	-	267
Incorporação Boa Vista (*)	-	-	-	256
Juros sobre arrendamento	3.311	2.870	3.282	3.166
Saldo final	22.217	28.917	23.585	32.371

(*) Reconhecimento inicial de leasing após reorganização.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade e suas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	4.581	4.596
2026	4.581	4.596
2027	4.581	4.596
2028	1.688	1.742
	15.431	15.530

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	3.993	345	9.503	2.730
Fornecedores	46.707	14.102	87.995	66.305
Pesquisa e desenvolvimento	7.841	11.257	8.205	11.974
Seguros	125	137	125	533
Contas a pagar - Partes relacionadas	28.036	50.222	12.707	44.912
Total	86.702	76.063	118.535	126.454
Passivo circulante	86.702	76.063	118.535	126.454

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	2023		2022	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Banco do Brasil	Debêntures	100% do CDI + 1,3%aa	1.763	400.000	2.692	400.000
Banco Itaú (**)	Debêntures	100% do CDI + 2,9%aa	52.755	100.000	70.653	152.000
Galera Centrais Elétricas S.A.	Partes relacionadas	Sob demanda	-	6.732	-	6.732
			54.518	506.732	73.345	558.732
	Despesa de contratação (*)		(964)	(2.378)	(1.016)	(3.290)
Total			53.554	504.354	72.329	555.442

(*) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

(**) A dívida acima é oriunda da Itiquira Energética S.A. que foi incorporada em outubro de 2022.

Atualmente existe apenas um mútuo em aberto com a empresa Galera Centrais Elétricas com saldo no valor de R\$ 6.732 sem incidência de encargos e sem vencimento.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado			
				2023		2022	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
Banco do Brasil	Debêntures	100% do CDI + 1,3% a.a.	BER	1.763	400.000	2.692	400.000
Banco Itaú (***)	Debêntures	100% do CDI + 2,9%aa	BER	52.755	100.000	70.653	152.001
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Pezzi	5.386	23.278	5.352	28.277
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Serra dos Cavalinhos II	8.081	34.627	8.029	42.133
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,18% a.a.	Serra dos Cavalinhos I	7.876	94.622	7.826	101.127
BNDES	BNDES automático	IPCA + 3,89% a.a	SLUIZ	14.646	198.866	14.041	203.502
GACEL	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	6.732	-	6.732
				90.507	858.125	108.593	933.772
	Despesa de Contratação (*)		SLUIZ	(2)	(111)	(2)	(118)
	Despesa de Contratação (*)		Serra dos Cavalinhos I	-	(1.815)	-	(1.950)
	Despesa de Contratação (**)		BER	(964)	(2.378)	(1.016)	(3.290)
Total				89.541	853.821	107.575	928.414

(*) Refere-se a gastos com comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

(**) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

(***) A dívida é oriunda da Itiquira Energética S.A. que foi incorporada em outubro de 2022.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	627.771	833.055	1.035.989	1.234.633
Captação	-	20.400	-	6.532
Juros capitalizados	-	-	-	10.175
Juros provisionados	91.633	96.526	128.757	125.301
Exclusão por Incorporação	-	(318.731)	-	(318.731)
Incorporação - Itiquira	-	272.268	-	272.268
Amortização – principal	(69.000)	(200.880)	(103.689)	(193.104)
Pagamento – juros	(89.154)	(73.493)	(112.422)	(99.509)
IOF provisionado	-	203	-	-
	561.250	629.348	948.635	1.037.565
Despesa de Contratação - Incorporação Itiquira	-	(2.240)	-	(2.240)
Despesa de Contratação	(3.342)	663	(5.273)	664
Saldo final	557.908	627.771	943.362	1.035.989

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo devedor é composto por principal e juros e é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Pezzi	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos II	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos I	BNDES	15 de setembro de 2037
São Luiz	BNDES	15 de novembro de 2038
BER	Banco do Brasil	15 de dezembro de 2028

Em 03 de outubro de 2022 houve a incorporação da Sociedade Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.

No dia 01 de novembro de 2022 houve a incorporação da Sociedade Barra do Braúna Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A., esta não possuía dívida.

Os empréstimo junto ao BNDES tem o pagamento de juros e principal ambos pagos mensalmente, os empréstimos junto ao Banco do Brasil tem o pagamento de juros semestralmente e o principal será amortizado integralmente no vencimento do empréstimo.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 23 de dezembro de 2021, a Sociedade efetuou a segunda emissão de debêntures, composta por 400 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$400 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI acrescida da taxa de 1,30% a.a., com vencimento em 15 de dezembro de 2028 amortizado em parcela única na data do vencimento.

Em 23 de dezembro de 2020, a Itiquira Energética S.A. emitiu 330.000 mil debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 330 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a CDI + 2,9% a.a. com vencimento em 15 de junho de 2027 e com pagamentos de juros e principal semestrais. Com a incorporação esta dívida passou a ser controlada pela Elera Renováveis S.A.

As parcelas de não circulante, em 31 de Dezembro de 2023, têm os seguintes vencimentos:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2025	59.354	90.019
2026	29.000	64.019
2027	16.000	51.019
Após 2028	400.00	648.764
Total	<u>504.354</u>	<u>853.821</u>

Garantias e covenants Banco Itaú:

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro Geração de Caixa da Atividade dividido pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 3,0 vezes, e pelo ICSD, que deverá ser inferior a 1,2 vezes, as qual foram atendidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora e nas controladas sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023. As garantias são alienação fiduciária das ações, Cachoeira Escura, Bela Vista e Pantanal.

Garantias e covenants Banco do Brasil:

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 4,5 vezes, o qual foi atendido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Há ainda, no âmbito da escritura das debêntures, cessão fiduciária dos dividendos recebidos, através de conta corrente constituída para este fim. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Garantias e covenants BNDES:

A Elera Renováveis S.A. é a interveniente no contrato de empréstimo entre a São Luiz Energética S.A. e o BNDES. Não há cláusulas de covenants. As Sociedades CAVAL1, CAVAL2, PEZZI estão sujeitas a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 8) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

17. Provisão para contingências

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Riscos cíveis (a)	713	4.504	28.552	7.057
Riscos trabalhistas (b)	1.727	747	1.734	802
Riscos ambientais (c)	-	-	-	23
Riscos tributários (d)	11.162	10.073	11.162	10.073
Total	13.602	15.324	41.448	17.955

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2022	4.504	747	-	10.073	15.324
Adição	-	890	-	-	890
Atualização	38	120	-	1.089	1.247
Baixa	(3.829)	(30)	-	-	(3.859)
31 de dezembro de 2023	713	1.727	-	11.162	13.602
	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2022	7.057	802	23	10.073	17.955
Adição	25.203	735	-	-	25.938
Atualização	121	197	-	1.089	1.407
Baixa	(3.829)	-	(23)	-	(3.852)
31 de dezembro de 2023	28.552	1.734	-	11.162	41.448

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

A controladora e suas controladas, em 31 de Dezembro de 2023, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023, existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 714 (R\$ 4.504 em 31 de dezembro de 2022) referente a: (i) uma ação de desapropriação proposta pela Itiquira, incorporada em 03/10/2022, no montante de R\$ 138 e; (ii) uma ação indenizatória em face de Elera, no montante de R\$ 576.

Nas demais controladas da Sociedade

Linha Emília

Em 31 de dezembro de 2023 existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 782 (R\$ 760 em 31 de dezembro de 2022). referente a duas ações de servidão administrativa.

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 1.045 (R\$ 1.017 em 31 de dezembro de 2022), referente a servidão administrativa.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem dois processos judiciais cíveis, classificados como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 26.000 (R\$ 766 em 31 de dezembro de 2022) referente a uma ação de desapropriação e uma ação monitoria.

Nesta ação monitoria, reclassificada de possível para provável no exercício social de 2023, tem a seguinte descrição: em 2018 a ENGECON ajuizou ação pleiteando a responsabilização da SAJESA pelo pagamento a título de remuneração decorrente do Contrato de Licença de Uso de Obra Intelectual que foi objeto da Ação Declaratória de nº 0204513-14.2006.8.26.0100. Ocorre que, em 2019, os embargos monitorios da SAJESA foram rejeitados e foi proferida sentença que julgou procedente a ação monitoria. Apesar de SAJESA ter apresentado recurso de apelação contra a sentença na ação monitoria, o TJSP negou provimento ao recurso.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

a) **Provisão para riscos cíveis--Continuação**

Dando seguimento aos recursos, SAJESA interpôs recurso especial contra o acórdão da apelação, porém o TJSP realizou o exame de admissibilidade do recurso especial e negou seu seguimento. A decisão foi publicada em 30 de Janeiro de 2023. A partir dessa data os assessores jurídicos da SAJESA para esta ação judicial reavaliaram o prognóstico de perda acerca da causa, de modo a considerá-la, a partir de fevereiro de 2023, como uma causa com prognóstico de perda “provável” contra a SAJESA no montante total de R\$ 19.209. Em dezembro de 2023 o valor provisionado é de R\$ 25.225, (índice INPC do IBGE). Considerando as decisões desfavoráveis à SAJESA, o processo segue em discussão por meio de recurso perante o STJ.

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2022) referente a uma ação de desapropriação.

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe processo administrativo cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 6 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2022), refere-se a um auto de infração lavrado pelo CREAMG.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contingenciado no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação de desapropriação movida por Serra dos Cavalinhos I.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe processo cível, classificado como perda provável por seus assessores legais (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Caçador Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Pantanal Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Água Clara Energética; Galera Centrais Elétricas; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Energética Rio Pedrinho; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética; Serra dos Cavalinhos II Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações judiciais cíveis, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

b) Provisão para riscos trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023, existem ações judiciais trabalhistas, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, no montante de R\$ 1.726 (R\$ 747 em 31 de dezembro de 2022), referente a: 11 reclamações trabalhistas, sendo uma delas em face de Itiquira, incorporada em 03/10/2022.

Nas demais controladas da Sociedade:

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe uma ação trabalhista classificada pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 9 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2022).

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2023 não existem processos judiciais classificados como perda provável (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Caçador Energética; Linha Emilia Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Lumbrás Energética; Água Clara Energética; Galera Centrais Elétricas; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Salto Jauru Energética; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética; Serra dos Cavalinhos I Energética; Serra dos Cavalinhos II Energética; Pezzi Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; São Luiz Energética; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; São Geraldo Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações judiciais cíveis, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

c) Provisão para riscos ambientais

Serra dos Cavalinhos II Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe contingência classificada como perda provável por seus assessores legais (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

c) Provisão para riscos ambientais--Continuação

Elera Renováveis; Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Linha Emilia Energética; Caçador Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Lumbrás Energética; Água Clara Energética; Galera Centrais Elétricas; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Salto Jauru Energética; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética;; Pantanal Energética; Energética Rio Pedrinho; Pezzi Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; Serra dos Cavalinhos I Energética; São Luiz Energética; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; São Geraldo Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem contingências ambientais, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

d) Provisão para riscos tributários

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023, há uma execução fiscal classificada pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 11.162 (R\$ 10.073 em 31 de dezembro de 2022). A ação era direcionada à empresa Itiquira Energética S.A, incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, contudo o valor do débito em questão encontra-se consignado em juízo mediante depósito judicial. Que também foi registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como parte da reorganização societária.

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Linha Emilia Energética; Caçador Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Pantanal Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Lumbrás Energética; Água Clara Energética; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Energética Rio Pedrinho; Salto Jauru Energética; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética; Serra dos Cavalinhos II Energética; Pezzi Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; Serra dos Cavalinhos I Energética; São Luiz Energética; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; São Geraldo Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações ou processos administrativos tributários, conhecidos pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Riscos cíveis (a)	62.370	96.937	92.357	454.204
Riscos trabalhistas (b)	1.264	3.007	1.305	3.044
Ambiental (c)	367	2.006	8.205	4.080
Admin./Judic. tributário (d)	61.125	52.012	66.363	62.422
Total	125.126	153.962	168.230	215.336

(a) Ações cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 62.370 (R\$ 96.937 em 31 de dezembro de 2022), referente a (i) uma ação de cobrança no montante de R\$ 27; (ii) duas execuções no montante de R\$ 602; (iii) trinta e seis ações indenizatórias em face de Elera, no montante de R\$ 61.577 (R\$ 96.773 em 31 de dezembro de 2022) e; uma ação de “obrigação de fazer” no montante de R\$ 164 (R\$ 164 em 31 de dezembro de 2022).

Nas demais controladas da Sociedade:

Elera Comercializadora

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 66 (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação indenizatória.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem 2 processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 21.700 (R\$ 37.352 em 31 de dezembro de 2022), sendo: (i) uma ação indenizatória cumulada com pedido de obrigação de fazer proposta por 50 autores contra 6 empreendedores de geração de energia com operação na bacia do Rio Jauru; (ii) uma ação regulatória proposta pela companhia. Em fevereiro de 2023 uma ação cível movida contra a companhia SAJESA no valor de R\$ 19.209, teve seu prognóstico alterado de possível para provável.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem quatro processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$ 10.706 (R\$ 11.700 em 31 de dezembro de 2022), referente a três ações indenizatórias e uma ação de cobrança.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

(a) Ações cíveis--Continuação

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 301 (R\$ 286 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação demarcatória.

Serra Negra Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo cível administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 5 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração do CREA-GO.

(b) Ações trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos, classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 1.264 (R\$ 3.007 em 31 de dezembro de 2022), referentes a quatro reclamações trabalhistas em face de Elera, no montante de R\$ 1.738; (ii) três reclamações trabalhistas em face de Itiquira, incorporada em 02/10/2022, no montante de R\$ 1.269.

Nas demais controladas da Sociedade:

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 41 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma reclamação trabalhista.

(c) Ações ambientais

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 367, referente a: (i) quatro autuações administrativas ambientais em face de Elera, no montante de R\$ 110; (ii) uma indenizatória ambiental no montante de R\$ 258.

Nas demais controladas da Sociedade:

Caçador Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe uma contingência classificada como perda possível, no montante de R\$ 5 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

(c) Ações ambientais--Continuação

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe contingência classificada como perda possível por seus assessores legais (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2022).

Água Clara Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe contingência classificada como perda possível por seus assessores legais (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2022).

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe contingência classificada como perda possível por seus assessores legais (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2022).

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2023, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2023, existem contingências classificadas como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 23 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referentes a duas autuações administrativas ambientais.

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe contingência classificada como perda possível por seus assessores legais (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2022).

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos ambientais, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 7.791 (R\$ 1.927 em 31 de dezembro de 2022), referentes a cinco autos de infração e quarenta e sete indenizatórias. Constam, ainda, três ações ajuizadas em 2021 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento.

Rio Manhuaçu Energética Ltda

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo ambiental, classificado como perda possível no montante de R\$ 15 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

(d) Administrativas e tributárias

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 61.125 (R\$ 52.012 em 31 de dezembro de 2022), referentes a: (i) duas ações de cobrança; (ii) uma ação anulatória; (iii); quatro autos de infração e um auto de fiscalização (iv) um processo administrativo de compensação (v) quatro execuções fiscais e (vi) um mandado de segurança.

Nas demais controladas da Sociedade:

Cotiporã Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos administrativos tributários classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 353 (R\$ 347 em 31 de dezembro de 2022) referentes a duas autuações.

Elera Comercializadora

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 301 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma execução fiscal.

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 279 (R\$ 591 em 31 de dezembro de 2022) referentes a três execuções fiscais.

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2023 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 185 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2022), referente a pedido de compensação.

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2023, existe um processo administrativo tributário classificado como perda possível, no montante de R\$ 928 (R\$ 912 em 31 de dezembro de 2022), referente a auto de infração.

Galera Centrais Elétricas

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 195 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) referentes a uma execução fiscal e uma anulatória.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências—Continuação

(d) Administrativas e tributárias--Continuação

Linha Emília Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existe processo tributário classificado como perda possível, no montante de R\$ 388 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) referente a um auto de infração.

Rio Pomba Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem três processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 854 (R\$ 840 em 31 de dezembro de 2022), referentes a três autuações.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante total de R\$ 1.091 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração.

Serra Negra Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante total de R\$ 113 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração.

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 471 (R\$ 440 em 31 de dezembro de 2022), referentes a um auto de fiscalização e três autos de infração.

Caçador Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2022).

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2022).

Energética Campos de Cima da Serra

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências—Continuação

(d) Administrativas e tributárias--Continuação

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2023, não existe processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 334 em 31 de dezembro de 2022).

Centrais Hidrelétricas Grapon

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 1.905 em 31 de dezembro de 2022).

Riachão Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 211 em 31 de dezembro de 2022).

Energética Salto Natal

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 2.099 em 31 de dezembro de 2022).

Rio Glória Energética

Em 31 de dezembro de 2023 não existe processo tributário classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$ 906 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de Dezembro de 2023 é de R\$ 1.139.268 (Em 31 de Dezembro de 2022 era de R\$ 1.139.268), dividido em 2.548.262.000 (dois bilhões, quinhentas e quarenta e oito milhões, duzentas e sessenta e duas mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Conforme laudo de avaliação patrimonial, em razão da incorporação de Itiquira Energética S.A. ocorrida em 03 de outubro de 2022, o patrimônio líquido da Sociedade foi aumentado em R\$ 449.281, com o aumento de capital no montante de R\$ 209.070 com a emissão de 243.858.663 (duzentos e quarenta e três milhões oitocentos e cinquenta e oito mil seiscentos e sessenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Além disso, foram aumentadas em R\$ 3.137 a reserva de capital, R\$ 162.201 a reserva de incentivo fiscal, R\$ 42.695 a reserva de reavaliação patrimonial e R\$ 32.178 como reserva de lucros.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.3) *Reserva de incentivos fiscais*

Conforme laudo de avaliação patrimonial, em razão da incorporação de Itiquira Energética S.A. ocorrida em 03 de outubro de 2022, sua reserva de incentivos fiscais foi incorporada pela Sociedade.

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e homologado pela Secretaria da Receita Federal, conforme Ato Declaratório Executivo nº 158, de 20 de março de 2006, incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, pelo qual foi concedido à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2014. Em dezembro de 2013, a Sociedade obteve êxito na renovação do referido benefício fiscal na SUDAM, a perdurar por mais 10 anos, prorrogando o incentivo até 31 de dezembro de 2022. Com a obtenção do benefício tributário, a alíquota de IRPJ reduziu de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% totalizando em 15,25% a alíquota somada de IRPJ e CSLL.

De 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2021, esse benefício foi refletido diretamente nas demonstrações financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2008, em decorrência da mudança de prática contábil instituída pela Lei nº 11.638/07, as parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos passaram a ser registradas na rubrica "Imposto de Renda", no resultado do exercício. Na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas diretas e indiretas da Sociedade realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "Lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 11 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 68.000 (R\$ 51,17 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial

Em 06 de março de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 223.126 (R\$ 167,91 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial

Em 14 de abril de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 219.509 (R\$ 202,32 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

O número de ações Elera Renováveis antes da reorganização societária era 1.084.977 ações e após a reorganização passou a 1.328.835. O lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41 considerando a reorganização de controle comum. A Sociedade é a entidade sucessora à reorganização societária com incorporação Itiquira e Brauna.

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Número de ações ordinárias no início do exercício (em milhares)	1.328.835	1.084.977	1.328.835	1.084.977
Número de ações ordinárias no término do exercício (em milhares)	1.328.835	1.328.835	1.328.835	1.328.835
Lucro líquido do exercício	293.615	351.228	297.735	359.562
Número médio ponderado das ações no exercício	1.328.835	1.145.941	1.328.835	1.145.941
Lucro básico por ação – em reais	0,22	0,26	0,22	0,26
Lucro diluído por ação – em reais	0,26	0,31	0,26	0,26

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Participação dos acionistas não controladores

2023

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio Líquido	Resultado
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	58.539	29.145	17.552	8.733
Salto Jaurú Energética S.A.	23,92%	50.384	(19.334)	12.777	(4.613)
Total				30.329	4.120

2022

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio Líquido	Resultado
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	54.649	22.837	16.395	6.851
Salto Jaurú Energética S.A.	23,92%	71.167	6.204	17.020	1.483
Total				33.415	8.334

Movimentação dos acionistas não controladores:

2023

Empresa	Saldo em 2022	Equivalência Patrimonial	Participação de acionistas não controladores	
			Dividendos	Saldo em 2023
Serra Negra Energética S.A.	16.395	8.733	(7.576)	17.552
Salto Jaurú Energética S.A.	17.020	(4.613)	370	12.777
Total	33.415	4.120	(7.206)	30.329

2022

Empresa	Saldo em 2021	Equivalência Patrimonial	Participação de acionistas não controladores	
			Dividendos	Saldo em 2022
Serra Negra Energética S.A.	19.225	6.851	(9.681)	16.395
Salto Jaurú Energética S.A.	16.817	1.483	(1.280)	17.020
Total	36.042	8.334	(10.961)	33.415

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia				
Venda de energia elétrica	288.141	26.197	1.430.686	1.293.579
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	607.736	820.900	77.781	337.502
Venda de energia elétrica - comercialização	-	-	41.452	99.475
Resultado com MRE e CCEE (*)	64.781	8.994	132.790	52.571
Taxa de administração	1.566	2.762	1.566	2.762
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	8.230	17.995	2.009	12.225
Serviços de administração - partes relacionadas	24.942	14.311	24.174	13.556
	995.396	891.159	1.710.458	1.811.670
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre a venda				
ICMS	(12)	(115)	(75.288)	(79.568)
PIS	(16.424)	(14.702)	(35.557)	(38.725)
COFINS	(75.649)	(67.719)	(163.830)	(178.421)
ISS	(1.694)	(1.930)	(1.738)	(1.969)
	(93.779)	(84.466)	(276.413)	(298.683)
Receita operacional líquida	901.617	806.693	1.434.045	1.512.987

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia elétrica	165.973	-	243.259	185.314
Compra de energia - partes relacionadas	435.423	806.237	96.859	561.484
Compra de energia - Comercialização	-	-	37.882	91.273
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	(66.993)	(77.845)	(66.993)	(77.845)
Royalties ANEEL	29.578	6.906	51.576	27.317
Pesquisa e desenvolvimento	8	32	16	41
Total custo do serviço de energia elétrica	563.989	735.330	362.599	787.584
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	2.019	1.924	2.689	2.372
Viagens	2.560	2.089	3.081	2.534
Serviços de terceiros	18.048	10.286	41.952	33.072
Seguros	4.713	1.258	27.637	24.374
Pessoal	60.724	61.234	61.187	61.590
Depreciação	96.416	-	232.608	121.399
Manutenção	2.108	472	8.420	4.718
MRE/ CCEE	76.047	12.175	47.651	(71.120)
Telecomunicações	2.145	1.949	4.170	3.945
Alugueis e utilidades	40	8	150	199
Promoção e publicidade	-	-	242	176
Doações	-	156	21	156
Outros	799	866	3.452	3.723
Total custo com a operação	265.619	92.417	433.260	187.138
Total de custos	829.608	827.747	795.859	974.722
Despesas gerais				
Impostos, licenças e taxas	7.750	8.092	7.813	9.011
Viagens	3.394	2.092	3.493	2.244
Serviços de terceiros	27.145	26.331	28.510	27.719
Seguros	187	211	310	211
Pessoal	83.320	84.660	83.388	85.085
Pesquisa e desenvolvimento	382	407	545	566
Rateio de despesas (**)	(52.444)	(67.132)	-	(10.927)
Depreciação e amortização	14.578	35.405	29.416	29.565
Manutenção	236	274	236	274
MRE/ CCEE	-	-	-	12
Telecomunicações	134	136	134	136
Royalties ANEEL	-	6	-	10
Alugueis e utilidades	4.582	4.549	4.582	4.549
Promoção e publicidade	1.930	1.837	2.125	1.916
Doações	296	198	296	198
Outros	1.561	1.902	1.564	1.902
Total das despesas gerais e administrativas	93.051	98.968	162.412	152.471

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(**) A BER possui comum acordo com suas controladas, contrato de compartilhamento das despesas efetivamente incorridas e pagas em benefício e interesse do grupo atualizado pelo IGP-M. As despesas são controladas gerencialmente por departamento através de centros de custos específicos e são considerados para fins dos critérios de rateio e reembolso, percentuais de alocação de despesas com base na efetiva utilização, ocorrência e esforço de cada um dos departamentos.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita por indenização de seguro	-	-	(69)	584
Impairment (Nota 11)	(22.450)	-	(27.742)	-
Indenização usinas de ZMT - Neblina e Sinceridade (Nota 7)	-	-	-	79.221
Multas e juros sobre tributos	(251)	(203)	(727)	(519)
Provisão de contingências	(97)	-	(23.586)	-
Ganho (perda) na venda de ativos	(275)	76	(556)	(1.051)
Baixa e atualização de projetos (*)	(12.804)	(6.792)	(13.027)	(6.800)
Outros	(4.531)	(9.464)	(4.667)	(10.874)
Total	(40.408)	(16.383)	(70.374)	60.561

(*) Corresponde aos custos incorridos pela Sociedade no estudo da aquisição de novos projetos de investimento.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	4.069	4.516	19.343	19.776
Variação monetária e cambiais, líquidas	77	117	77	118
Resultado Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	-	4.025	14.534
Ervália e Coronel Domiciano (Nota 12)	-	-	726	726
Juros sobre mútuos	1.443	3.039	-	479
Receita de contraprestação de garantia (nota 20)	12.562	-	12.562	-
Outros	2.584	521	2.709	689
Total	20.735	8.193	39.442	36.322
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	88.291	96.526	123.484	125.301
Juros sobre o passivo de arrendamento	3.119	2.870	3.283	3.166
Despesas com letras de crédito	952	544	973	617
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	357	-	728
Multas e encargos sobre empréstimos	-	149	340	285
Atualização de contingências	1.572	801	3.844	1.146
Imposto sobre operações financeiras	1.868	1.705	3.528	4.005
Despesas com juros e descontos concedidos	727	93	4.037	45
Juros sobre Obrigações Regulatórias - UBP	158	30	158	237
Total	96.687	103.075	139.647	135.530

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Corrente				
Imposto de renda - Corrente	2	-	(21.428)	(20.752)
Contribuição social - Corrente	-	-	(11.229)	(10.515)
Total do imposto corrente	2	-	(32.657)	(31.267)
Diferido				
Imposto de renda - Diferido	5.628	15.640	4.622	14.228
Contribuição social - Diferido	2.026	5.393	1.664	4.884
Total do imposto diferido	7.654	21.033	6.286	19.112
Total com despesas de impostos	7.656	21.033	(26.371)	(12.155)

Em 31 de Dezembro de 2023, a controladora possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$ 415.258 (R\$ 345.610 em 31 de Dezembro de 2022), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 2023 e 2022 são de R\$ 1.221.348 e R\$ 1.016.500.

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos da controladora e consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributos diferidos				
Prejuízos fiscais e base negativa	7.146	10.427	7.146	10.427
Arrendamentos	783	651	783	651
PLR	6.495	6.884	6.495	6.884
Contingência Tributária	3.795	3.425	3.795	3.425
Contingência Cível	243	1.531	243	1.531
Contingência Trabalhista	587	-	587	-
Demais Provisões	840	2.135	840	2.135
Operação de Liquidação Futura	-	-	(3.290)	(1.921)
Extensão Outorga - GSF	(16.164)	(21.355)	(16.164)	(21.355)
Custo atribuído ativo imobilizado	(20.398)	(28.024)	(20.398)	(28.024)
Total tributos diferidos, líquidos	(16.673)	(24.328)	(19.963)	(26.249)

Na incorporação, os saldos das diferenças temporárias de ITIQUIRA e BRAUNA foram somados aos da controladora BER e seus respectivos impostos diferidos foram reconhecidos contabilmente no período.

O imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal foram reconhecidos em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária, conforme CPC 32, item 36.

A Controladora e as controladas da sociedade, optante pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A controladora registrou, em 2023, imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária (item 36^a/ CPC32).

Consolidado

As controladas BET, COINCE, ESCURA e IGARAP possuem imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$20.532, R\$13.127, R\$2.619 e R\$1 em 31 de Dezembro de 2023 (R\$ 21.382, R\$ 13.137, R\$2.618 e zero em 31 de Dezembro de 2022), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 31 de Dezembro de 2023 é de R\$60.388, R\$38.609, R\$7.705 e zero (R\$ 62.888, R\$ 38.639, R\$7.698 e zero em 31 de Dezembro de 2022), respectivamente.

A Controladora e as controladas da sociedade, optante pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição social	285.959 34%	330.195 34%	324.106 34%	371.717 34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	97.226	112.266	110.196	126.384
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	(143.943)	(190.904)	-	-
Amortização mais valia	2.614	1.484	2.614	3.409
Diferencial tributação presumido	-	-	(121.518)	(169.872)
Constituição/Reversão créditos fiscais diferido	33.327	52.694	31.959	49.674
Compensação prejuízo fiscal	-	-	-	(860)
Outras adições	3.124	3.427	3.124	3.420
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.652)	(21.033)	26.376	12.155
(%) Alíquota efetiva	(10,28%)	(6,37%)	8,14%	3,27%

(*) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Contas a receber					
Água Clara Energética S.A.	(a)	2.156	723	-	-
Alex I Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex III Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex IV Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex IX Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex V Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex VI Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex VII Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex VIII Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex X Energia SPE S.A.	(a)	41	74	41	74
Alex Energia Participações S.A.	(a)	68	74	68	74
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	25.169	27.164	25.566	27.164
Barra do Braúna Energética S.A.	(a)	-	-	-	-
Bela Vista Energética Ltda.	(a)	1.660	851	-	-
Brasil Central Energia Ltda.	(a)	-	-	-	-
Brookfield Renewable e Energy Group LLC	(a)	6.732	4.373	6.732	4.373
Brookfield renewable power inc.	(a)	10.738	6.172	10.738	6.172
Brookfield Renewable Power.	(a)	-	434	-	434
Caçador Energética S.A.	(a)	750	844	-	-
Cachoeira Escura Energética S.A.	(a)	5.561	-	-	-
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(a)	28	94	28	94
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(a)	33	114	33	114
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(a)	72	252	72	252
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(a)	100	349	100	349
Centrais Eólicas Igaropará Ltda.	(a)	105	368	105	368
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(a)	39	133	39	133
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(a)	83	291	83	291
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(a)	100	350	100	350
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(a)	89	315	89	315
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(a)	83	291	83	291
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(a)	94	329	94	329
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(a)	27	74	22	74
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(a)	195	370	195	370
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(a)	67	227	67	227
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(a)	7.300	2.534	-	-
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(a)	657	237	657	237
Central Geradora Eólica Seridó II S.A.	(a)	119	226	119	226
Central Geradora Eólica Seridó III S.A.	(a)	287	226	287	226
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(a)	287	226	287	226
Central Geradora Eólica Seridó IX S.A.	(a)	119	226	119	226
Central Geradora Eólica Seridó V S.A.	(a)	119	226	119	226
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(a)	95	226	95	226
Central Geradora Eólica Seridó X S.A.	(a)	287	226	287	226
Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.	(a)	287	226	287	226
Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.	(a)	571	226	571	226
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE S.A.	(a)	5.175	-	-	-
Cotiporã Energética S.A.	(a)	726	839	-	-
Elera Energia Comercializadora Ltda.	(a)	54.225	58.463	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	15.376	56.415	16.905	58.253
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(a)	904	701	-	-
Elera Renováveis Participações S.A.	(a)	-	-	266	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(a)	2.121	1.297	-	-
Energética Ponte Alta S.A.	(a)	668	820	-	-
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(a)	2.057	1.266	-	-
Energética Salto Natal S.A.	(a)	1.061	2.711	-	-

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Contas a receber					
Eólica Faísas III Geração e Comercialização de Energia S.A.	(a)	346	-	346	-
Eólica Faísas I Geração e Comercialização de Energia S.A.	(a)	350	-	350	-
Eólica Faísas II Geração e Comercialização de Energia S.A.	(a)	346	-	346	-
Eólica Faísas IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	(a)	346	-	346	-
Eólica Faísas V Geração e Comercialização de Energia S.A.	(a)	346	-	346	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(a)	165	134	165	134
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	49	166	49	166
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	439	166	439	166
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	111	89	111	89
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	430	304	430	304
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(a)	48	161	48	161
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(a)	48	159	48	159
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(a)	48	140	48	140
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	48	164	48	164
Geração Eólica Renascença II S.A.	(a)	48	161	48	161
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	128	618	140	618
Geração Bioeletricidade Holding s.a.	(a)	250	-	250	-
Irapuru I Energia	(a)	177	-	177	-
Irapuru II Energia	(a)	177	-	177	-
Irapuru III Energia	(a)	177	-	177	-
Irapuru IV Energia	(a)	177	-	177	-
Irapuru V Energia	(a)	177	-	177	-
Irapuru VI Energia	(a)	177	-	177	-
Irapuru VII Energia	(a)	176	-	176	-
Janaúba Holding S.A.	(a)	-	-	2	-
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(a)	277	68	521	68
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	89	68
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	91	68	91	68
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	88	68	88	68
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	(a)	62	-	62	-
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(a)	64	7	64	7
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(a)	64	-	62	-
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(a)	62	-	62	-
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	62	-	62	-
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	(a)	62	-	62	-
Janaúba Fase II Geracao Solar Ltda	(a)	2	-	2	-
Lagoa Azul Energética S.A.	(a)	693	970	-	-
Linha Emília Energética S.A.	(a)	1.132	1.176	-	-
Lumbrás Energética S.A.	(a)	1.918	2.806	-	-
Mirante Energética S.A.	(a)	7	-	7	-
Pantanal Energética Ltda.	(a)	1.091	1.199	20	-
PCH Zé Tunin S.A.	(a)	20	216	-	216
Pezzi Energética S.A.	(a)	5.750	14.423	-	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	69	246	69	246
Riachão Energética Ltda.	(a)	5.526	1.670	-	-
Rio Casca Energética S.A.	(a)	1.430	-	5.526	-
Rio Glória Energética Ltda.	(a)	688	932	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(a)	2.369	816	-	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(a)	649	826	-	-

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Contas a receber					
Salto Jaurú Energética S.A.	(a)	137	208	-	-
São Geraldo Energética Ltda.	(a)	1.792	842	-	-
São Luiz Energética S.A.	(a)	934	956	-	-
Savana Geração de Energia S.A.	(a)	68	244	68	244
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(a)	10	51	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(a)	122	399	-	-
Serra Negra Energética S.A.	(a)	238	132	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	6	50	6	50
Eólica Pontal 2A S.A.	(a)	104	-	104	-
Eólica Pontal 2B S.A.	(a)	54	-	54	-
Eólica Pontal 3B S.A.	(a)	130	-	130	-
Tangará Energia S.A.	(a)	214	650	214	650
TERP GLBL Brasil I Participações Ltda	(a)	8	-	8	-
Zona da Mata Geração S.A.	(a)	10	30	-	-
Outros acionistas não controladores	(a)	1.526	2.754	4.774	4.750
		180.040	206.992	82.405	112.341
Dividendos a receber					
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(b)	593	-	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(b)	-	126	-	126
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE S.A.	(b)	37.188	25.928	-	-
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(b)	450	-	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(b)	1.448	-	-	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(b)	9.083	12.028	-	-
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(b)	2.809	2.019	-	-
Cachoeira Escura Energética S.A.	(b)	7.736	5.797	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(b)	9.456	12.902	9.456	12.902
São Geraldo Energética Ltda.	(b)	2.584	2.261	-	-
Rio Glória Energética Ltda.	(b)	7.027	7.419	-	-
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(b)	6.705	5.831	-	-
Lagoa Azul Energética S.A.	(b)	8.975	9.071	-	-
Lumbrás Energética S.A.	(b)	5.138	4.244	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(b)	1.012	1.293	-	-
Rio Galera Energética S.A.	(b)	3.284	-	-	-
Pezzi Energética S.A.	(b)	4.784	2.184	-	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(b)	5.277	5.023	-	-
Energética Ponte Alta S.A.	(b)	4.623	4.569	-	-
Riachão Energética Ltda.	(b)	-	7.048	-	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(b)	8.106	9.439	-	-
São Luiz Energética S.A.	(b)	455	455	-	-
Energética Salto Natal S.A.	(b)	4.405	3.414	-	-
Zona da Mata Geração S.A.	(b)	7.193	19.242	-	-
		138.331	140.293	9.456	13.028
Mútuos a receber					
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(c)	8.906	18.612	-	-
Acionistas não controladores de Salto Jaurú	(c)	4.854	14.061	-	-
		13.760	32.673	-	-

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)					
Igarapé Energética Ltda.	(d)	1	-	-	-
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(d)	1.900	-	-	-
		1.901	-	-	-

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Contas a pagar					
TerraForm Global Holding Spain 2 SLU	(e)	-	18	-	18
Água Clara Energética S.A.	(e)	59	45	-	-
Alex Energia Participações S.A	(e)	34	-	34	-
Alex I Energia SPE S.A.	(e)	40	2.097	40	2.097
Alex X Energia SPE S.A.	(e)	-	2.102	-	2.102
Alex III Energia SPE S.A.	(e)	-	2.080	-	2.080
Alex IV Energia SPE S.A.	(e)	-	2.085	-	2.085
Alex V Energia SPE S.A.	(e)	-	2.092	-	2.092
Alex VI Energia SPE S.A.	(e)	-	2.094	-	2.094
Alex VII Energia SPE S.A.	(e)	-	2.056	-	2.056
Alex VIII Energia SPE S.A.	(e)	-	2.086	-	2.086
Alex IX Energia SPE S.A.	(e)	-	2.099	-	2.099
Apollo Comercializadora Ltda.	(e)	-	-	39	2.803
Lagoa Azul Energética S.A	(e)	337	-	-	-
Elera Renováveis Participações S.A.	(e)	204	-	858	-
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(e)	70	4	-	-
Elera Energia Comercializadora Ltda.	(e)	16.460	23.863	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(e)	-	-	9.534	14.865
Bela Vista Energética Ltda.	(e)	-	386	-	-
Geração Bioeletricidade Holding S.A	(e)	250	-	250	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(e)	-	-	-	1.797
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(e)	-	-	-	2.502
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(e)	2.143	-	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(e)	868	-	926	-
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(e)	921	40	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(e)	388	4.129	388	4.129
São Geraldo Energética Ltda.	(e)	787	401	-	-
Rio Glória Energética Ltda.	(e)	620	517	-	-
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(e)	(117)	1.289	-	-
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(e)	-	-	245	-
Centrais Eólicas Lício de Almeida Ltda	(e)	-	-	3	-
Lumbrás Energética S.A.	(e)	997	40	-	-
Rio Galera Energética S.A	(e)	459	-	-	-
Pezzi Energética S.A	(e)	180	-	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(e)	209	-	209	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A	(e)	341	-	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(e)	208	367	-	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(e)	200	206	-	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(e)	898	-	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(e)	104	-	104	-
São Luiz Energética S.A.	(e)	-	80	-	-
Energética Salto Natal S.A.	(e)	1.358	39	-	-
Tangará Energia S.A.	(e)	-	7	59	7
Outros	(e)	18	-	18	-
		28.036	50.222	12.707	44.912

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Dividendos a pagar					
Elera Renováveis Participações S.A.	(f)	76.028	131.303	76.028	131.303
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(f)	-	47	-	47
Itisa Holding LLC.	(f)	17.088	39.193	17.088	39.193
Acionistas não controladores de Salto Jaurú	(f)	334	-	2.548	2.969
Acionista não controlador de Serra Negra	(f)	262	-	2.325	4.353
		93.712	170.543	97.989	177.865

Mútuos a pagar					
Galera Centrais Elétricas S.A.	(g)	6.732	6.732	6.732	6.732
		6.732	6.732	6.732	6.732

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita					
Venda de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(h)	17.751	27.012	25.753	41.245
Elera Energia Comercializadora Ltda.	(h)	571.006	564.046	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(h)	12.977	227.490	17.847	270.307
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(h)	86	223	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(h)	-	-	-	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(h)	-	-	-	-
São Luiz Energética S.A.	(h)	711	-	-	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A	(h)	2.765	-	2.765	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A	(h)	2.028	-	2.028	-
Itiquira Energética S.A.	(h)	-	1.923	-	1.923
Pezzi Energética S.A.	(h)	-	-	-	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(h)	-	206	-	-
Tangará Energia S.A.	(h)	412	-	412	-
Condomínio do Edifício Rio Sul Center	(h)	-	-	4.958	5.041
Companhia de Saneamento do Tocantins	(h)	-	-	6.251	6.482
Condomínio Nações Unidas 17.007	(h)	-	-	4.470	2.802
		607.736	820.900	77.781	337.502

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita					
Receita com serviços de administração					
Alex I Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex III Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex IV Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex IX Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex New Energies Investimentos e Participações S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex V Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex VI Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex VII Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex VIII Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Alex X Energia SPE S.A.	(i)	242	168	242	168
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(i)	169	159	169	159
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(i)	203	192	203	192
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(i)	439	422	439	422
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(i)	608	585	608	585
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(i)	638	616	638	616
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(i)	237	225	237	225
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(i)	507	487	507	487
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(i)	608	586	608	586
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(i)	541	521	541	521
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(i)	507	488	507	488
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(i)	574	552	574	552
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(i)	135	127	135	127
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(i)	642	619	642	619
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(i)	405	389	405	389

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita					
Receita com serviços de administração					
Eólica Pontal 2A S.A.	(i)	104	-	104	-
Eólica Pontal 2B S.A.	(i)	54	-	54	-
Eólica Pontal 3B S.A.	(i)	130	-	130	-
Eólica Faísas I Geração e Comercialização de Energia S.A.	(i)	347	-	347	-
Eólica Faísas II Geração e Comercialização de Energia S.A.	(i)	347	-	347	-
Eólica Faísas III Geração e Comercialização de Energia S.A.	(i)	346	-	346	-
Eólica Faísas IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	(i)	346	-	346	-
Eólica Faísas V Geração e Comercialização de Energia S.A.	(i)	346	-	346	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(i)	406	392	406	392
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(i)	289	279	289	279
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(i)	578	279	578	279
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(i)	471	294	471	294
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(i)	289	530	289	530
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(i)	289	275	289	275
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(i)	289	272	289	272
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(i)	289	253	289	253
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(i)	289	277	289	277
Geração Eólica Renascença II S.A.	(i)	289	275	289	275
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(i)	300	197	300	197
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(i)	430	43	430	43
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	(i)	315	-	315	-
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(i)	315	-	315	-
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(i)	315	-	315	-
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(i)	315	-	315	-
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(i)	220	-	220	-
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	(i)	283	-	283	-
PCH Zé Tunin S.A.	(i)	77	66	77	66
Phoenix Geração de Energia S.A.	(i)	409	395	409	395
Salto Jaurú Energética S.A.	(i)	338	338	-	-
Savana Geração de Energia S.A.	(i)	409	395	409	395
Serra Negra Energética S.A.	(i)	430	418	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(i)	37	35	37	35
Tangará Energia S.A.	(i)	1.028	1.091	1.028	1.092
		24.942	14.311	24.174	13.556
Receita com serviços de O&M					
Brasil Central Energia Ltda.	(j)	-	955	-	955
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(j)	2.376	2.117	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(j)	2.009	1.851	2.009	1.851
Itiquira Energética S.A.	(j)	-	9.419	-	9.419
Salto Jaurú Energética S.A.	(j)	1.723	1.604	-	-
Serra Negra Energética S.A.	(j)	2.122	2.049	-	-
		8.230	17.995	2.009	12.225

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Itiquira Energética S.A.	(k)	-	479	-	479
Rio Casca Energética S.A.	(k)	12.562	-	12.562	-
Acionista não controlador de Salto Jaurú	(k)	1.443	2.560	-	-
		14.005	3.039	12.562	479
Custo / Despesa					
Compra de energia					
Água Clara Energética S.A.	(l)	1.589	1.939	-	-
Alex I Energia SPE S.A.	(l)	-	24.914	-	24.914
Alex X Energia SPE S.A.	(l)	-	24.614	-	24.614
Alex III Energia SPE S.A.	(l)	-	24.549	-	24.549
Alex IV Energia SPE S.A.	(l)	-	24.858	-	24.858
Alex V Energia SPE S.A.	(l)	-	24.455	-	24.455
Alex VI Energia SPE S.A.	(l)	-	24.454	-	24.454
Alex VII Energia SPE S.A.	(l)	-	24.951	-	24.951
Alex VIII Energia SPE S.A.	(l)	-	24.371	-	24.371
Alex IX Energia SPE S.A.	(l)	-	24.752	-	24.752
Apollo Comercializadora Ltda.	(l)	3.516	-	7.352	29.397
Brasil Central Energia Ltda.	(l)	-	475	-	29.010
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	(l)	4.151	5.020	-	-
Elera Energia Comercializadora Ltda.	(l)	172.274	217.188	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(l)	6.329	4.942	70.718	93.482
Bela Vista Energética Ltda.	(l)	17.732	23.270	-	20.079
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(l)	-	377	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(l)	-	-	-	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(l)	-	-	-	21.155
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(l)	-	-	-	29.457
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(l)	37.048	36.001	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(l)	12.030	11.138	12.030	11.138
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(l)	17.001	16.752	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(l)	2.476	425	2.476	425
São Geraldo Energética Ltda.	(l)	16.738	17.849	-	-
Rio Glória Energética Ltda.	(l)	9.130	9.027	-	-
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(l)	33.654	35.636	-	-
Itiquira Energética S.A.	(l)	-	98.049	-	98.281
Lumbrás Energética S.A.	(l)	23.057	27.321	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	(l)	9.827	10.883	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(l)	4.188	3.905	4.188	3.905
Pezzi Energética S.A.	(l)	-	-	-	-
Rio Pomba Energética Ltda.	(l)	6.561	6.415	-	-
Riachão Energética Ltda.	(l)	14.805	16.714	-	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(l)	20.134	18.695	-	-
Santa Ana Energética S.A.	(l)	-	59	-	3.069
São Luiz Energética S.A.	(l)	2.489	-	-	-
Energética Salto Natal S.A.	(l)	20.599	22.071	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(l)	95	168	95	168
		435.423	806.237	96.859	561.484
Despesas financeiras					
Itiquira Energética S.A.	(m)	-	31.662	-	31.662
		-	31.662	-	31.662
Outros custos					
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(n)	223	945	223	945
		223	945	223	945

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo (nota 6);
- (d) Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) aportado nas empresas investidas;
- (e) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (f) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (g) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo (nota 16);
- (h) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (i) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (j) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (k) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (l) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (m) Despesas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (n) Valores referentes às despesas com aluguel da sede administrativa da Sociedade.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

Controladas em operação

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 450.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 o total da cobertura assegurada para os bens administrativos da Sociedade é de R\$ 37.238 (R\$ 29.821 em 31 de dezembro de 2022).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2023			2022		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.059	13.059	-	8.735	8.735
Mútuo a receber	-	-	-	32.673	-	32.673
Contas a receber	230.682	-	230.682	227.109	-	227.109
Dividendos a receber	138.331	-	138.331	140.293	-	140.293
	369.013	13.059	382.072	400.075	8.735	408.810

Ativos financeiros	Consolidado					
	2023			2022		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	82.219	82.219	-	59.077	59.077
Contas a receber	311.330	-	311.330	314.656	-	314.656
Dividendos a receber	9.456	-	9.456	13.028	-	13.028
Contratos de comercialização de energia	-	181.542	181.542	-	45.723	45.723
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	28.638	28.638	-	29.560	29.560
Direito de outorga – Ativo financeiro	17.907	-	17.907	15.979	-	15.979
	338.693	292.399	631.092	343.663	134.360	478.023

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	Controladora			
	2023		2022	
	Custo Amortizado	Total	Custo Amortizado	Total
Contas a pagar	86.702	86.702	76.063	76.063
Empréstimos e financiamentos	557.908	557.908	627.771	627.771
Dividendos a pagar	93.712	93.712	170.543	170.543
Arrendamento	22.217	22.217	28.917	28.917
Uso do Bem Público - UBP	10.498	10.498	15.306	15.306
	771.037	771.037	918.600	918.600

Passivos financeiros	Consolidado					
	2023			2022		
	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Contas a pagar	118.535	-	118.535	126.454	-	126.454
Empréstimos e financiamentos	943.362	-	943.362	1.035.989	-	1.035.989
Contratos de comercialização de energia	-	171.866	171.866	-	40.072	40.072
Dividendos a pagar	98.562	-	98.562	177.865	-	177.865
Uso do Bem Público - UBP - LP	10.498	-	10.498	15.306	-	15.306
	1.170.957	171.866	1.342.823	1.355.614	40.072	1.395.686

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de Dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos e depósitos restituíveis e valores vinculados

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber e dividendos a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Contratos de comercialização de energia

São classificados como mantidos até o vencimento, são mensurados ao valor justo. Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Contas a pagar e dividendos a pagar

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria—Continuação

- Empréstimos - instituições financeiras--Continuação

mercado descontadas a valor presente.

- Arrendamentos

São classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

- Uso de Bem Público - UBP

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	82.219	59.077
Depósitos restituíveis e valores vinculados	28.638	29.560
Contratos de comercialização de energia	181.542	45.723
Total ativo:	292.399	134.360
Contratos de comercialização de energia – PLP	171.866	111.265
Total passivo:	171.866	111.265

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de Dezembro de 2023 e 2022. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximado do valor contábil.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas diretas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas diretas da Sociedade efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes--Continuação*

o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco hidrológico*--Continuação

instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que as controladas diretas da Sociedade tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para reduzir este risco, as controladas diretas da Sociedade tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

As controladas diretas da Sociedade detêm outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, têm a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*--Continuação

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas diretas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., controlada direta da Sociedade, fica exposta a variações de preço de energia – em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui ainda o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A Sociedade possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

viii) *Risco de preços de energia*

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Alta PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(171.866)	(214.833)	(257.799)
Contratos futuros de energia – Venda	181.542	226.928	272.313
Total Líquido – Cenário Alta PLD	9.676	12.095	14.514

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Baixa PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(171.866)	(128.900)	(85.933)
Contratos futuros de energia – Venda	181.542	136.157	(90.771)
Total Líquido – Cenário Baixa PLD	9.676	7.257	4.838

Elera Renováveis S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante o exercício de 2023 e 2022, a controlada direta Elera Comercializadora Ltda. negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

28. Eventos subsequentes

Entre abril e maio de 2024 a região do sul do país, e mais especificamente o estado do Rio Grande do Sul, foi impactada por fortes precipitações pluviométricas, muito superiores aos registros históricos mais recentes. Como resultado, diversos municípios do estado foram completamente inundados pelas águas. Com relação aos empreendimentos da companhia localizados na região, pudemos constatar o alagamento da casa de força da PCH Cotiporã, na sub-estação da PCH Linha Emília, além de obstrução de estradas de acessos em várias outras usinas hidrelétricas. A administração da companhia implementou plano de recuperação e não espera impactos financeiros relevantes, considerando a cobertura das apólices de seguro vigentes e a inclusão das referidas usinas no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

29. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 20 de junho de 2024.